



INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO – IF-SERTÃO
PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT
CURSO DE MESTRADO

“ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO”:
UM ESTUDO PÓS-QUALITATIVO SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO
SISTEMA PRISIONAL

Salgueiro, PE

2021

DAYVISON HERBETY ARAÚJO AMARAL

“ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO”:
UM ESTUDO PÓS-QUALITATIVO SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO
SISTEMA PRISIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em educação profissional.

Orientador: Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes

Salgueiro, PE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

DAYVISON HERBETY ARAÚJO AMARAL

“ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO”:
UM ESTUDO PÓS-QUALITATIVO SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO
SISTEMA PRISIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em educação profissional.

Aprovado em XX de XXXXXXXX de 2021.

Banca Examinadora:

Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes (Orientador)

Dr. Antrifo xxx (Examinador Externo)

Dr. Francisco Kelsen (Examinador Interno)

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação aos **corpos e corpos subalternizados, marginalizados, ‘demitidos da vida’**, aos **encarcerados** e toda aquela e todo aquele que dentro da lógica necropolítica do mundo possuem **pele alvo**. Nossa luta é na rua, mas também é dentro dos espaços acadêmicos e onde quisermos e nos propusermos fazer e ser.

Dedico também a **Maria Erlândia Costa**, colega de turma que nos deixou em abril de 2020 a qual pude conhecer seu importante trabalho na educação na cidade de Jardim - CE e seu sonho de ser mestra, é preciso discutir sobre saúde mental em todos os espaços.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Rita Nunes Amaral**, avó paterna, sem ela eu não estaria aqui. Aos meus pais, **Maria Ivanilde Pedroso Araújo Amaral** e **Gersijanes Nunes Amaral** que o pouco tempo presente que estiveram comigo me ensinaram tanto sobre um mundo menos injusto. A **José Diêgo Leite** que foi fundamental em todo esse percurso, sempre que me senti só ou paralisado seus braços estavam ali para me ajudar. A **Família Leite**, que se tornou minha família também, socorro sempre presente nas horas urgentes, café quentinho e pão na mesa, almoço, jantar e carinho, a essa família toda a minha gratidão. A **Síntique Ramos**, que lá no início me impulsionou a fazer esse mestrado e me acompanhou em todo o processo de estudo e realização da seleção. Ao meu orientador **Erbs Cintra** que foi um verdadeiro humanista orientador e não um orientador humanista, ouvidos sempre disponíveis a me ouvir, olhar minucioso e que acreditou em mim. A **EJA** – Educação de Jovens e Adultos e a **Luiz Inácio Lula da Silva** por interiorizar a educação num país de tantas desigualdades.

“Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”

BELCHIOR

RESUMO

O sistema carcerário no Brasil é um dos maiores do mundo. Ao se observar os corpos que estão nesse espaço vemos que em sua grande maioria são negros. Nesta pesquisa, nos propomos a iniciar uma viagem partindo de África até a América Latina na busca de uma reflexão histórico-crítica das partidas e chegadas desses povos, na expressão máxima de que um povo que desconhece a sua história está fadado a repetir os mesmos erros. Cruzamos esse navio de corpos negros com o cárcere, ambos espaços de depósito de corpos. Ao pensar o cárcere numa perspectiva de ressocialização, propomos pensar também a Educação Profissional e Tecnológica e os diálogos possíveis para a libertação dos sujeitos. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi compreender de que modo podemos ressignificar a ressocialização no contexto prisional brasileiro a partir da educação profissional. Trata-se de um estudo pós-qualitativo que utilizou como técnica de construção de dados entrevistas não estruturadas, realizadas em deambulações com o sujeito participante da pesquisa. Para análise dos dados, foi utilizada a análise crítica do discurso. Categorizamos os discursos e contextualizamos com nossa fundamentação teórica, na atitude interpretativa de repensar a educação profissional dentro do sistema prisional. A pesquisa foi realizada com um sujeito que teve a experiência de estar como pessoa privada de liberdade e que participou de um projeto de extensão no sistema prisional que tinha o objetivo de ofertar educação profissional. Através da pesquisa, identificamos a necessidade de compreender como a lógica moderna, colonial e capitalista opera na classificação de sujeitos que devem pensar o mundo e sujeitos que se constituem mão-de-obra de baixo custo. A partir dessa divisão temos uma educação e um projeto de sociedade que considera apenas os aspectos técnicos, instrumentais e de treinamento. A educação profissional, então, passa a ser a promoção de habilidades e competências circunscritas na dimensão do saber fazer. Dentro do sistema prisional estamos operando essa mesma lógica. A educação profissional, em uma abordagem integral, compreende as múltiplas dimensões que formam o humano. Nisso, pensar ressocialização no sistema prisional é também pensar a educação profissional como possibilidade libertadora e como ruptura com a classificação do mundo em quem executa e quem pensa, entre quem detém o lucro com a lógica de acumulação perversa e quem tem suas subjetividades controladas para executar determinado trabalho. Assim, a relação educação e trabalho, educação profissional e sistema prisional são, mais do que nunca, uma relação que poderia ser mobilizada para reparação de direitos negados. Trouxemos desse modo, a necessidade de construção de uma educação profissional que possa ser instrumento de conscientização e de restauração social.

Palavras-Chave: Educação profissional e tecnológica; Sistema prisional; Racismo.

ABSTRACT

The prison system in Brazil is one of the largest in the world. When observing the bodies that are in this space, we see that the vast majority of them are black. In this research, we propose to start a journey from Africa to Latin America in search of a historical-critical

reflection on the departures and arrivals of these peoples, in the maximum expression that a people who do not know their history is bound to repeat the same mistakes. We crossed this ship of black bodies with the prison, both of which are spaces for depositing bodies. When thinking about prison in a perspective of resocialization, we also propose to think about Professional and Technological Education and possible dialogues for the release of subjects. In this sense, the objective of this research was to understand how we can resignify the re-socialization in the Brazilian prison context based on professional education. This is a post-qualitative study that used unstructured interviews as a technique for data construction, carried out in walking distances with the subject participating in the research. For data analysis, critical discourse analysis was used. We categorize the speeches and contextualize them with our theoretical foundation in the interpretive attitude of rethinking professional education within the prison system. The research was carried out with a subject who had the experience of being a person deprived of liberty and who participated in an extension project in the prison system that aimed to offer professional education. Through the research, we identified the need to understand how modern, colonial and capitalist logic operates in the classification of subjects who must think about the world and subjects who are cheap labor. From this division, we have an education and a society project that considers only the technical, instrumental and training aspects. Professional education then becomes the promotion of skills and competences circumscribed in the dimension of know-how. Within the prison system we are operating this same logic. Professional education, in a comprehensive approach, comprises the multiple dimensions that make up the human. In this, thinking about resocialization in the prison system is also thinking about professional education as a liberating possibility and as a rupture with the classification of the world in who executes and who thinks, between those who own the profit with the logic of perverse accumulation and those who have their subjectivities controlled to execute certain job. Thus, the relationship between education and work, professional education and the prison system are, more than ever, a relationship that could be mobilized to repair denied rights. In this way, we brought the need to build a professional education that can be an instrument of awareness and social restoration.

Key words: Professional and technological education; prison system; Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES¹

Figura 1 – Recortes das figuras que irão compor a pesquisa.

Figura 2 – Abertura da primeira figura referente ao memorial.

Figura 3 – Figura referente ao memorial, um coração onde em sua frente perpassa um varal de roupas e atrás se vê rostos.

Figura 4 – Abertura da figura referente a introdução.

Figura 5 - Orixá Exu.

Figura 6 – Abertura da figura referente a justificativa.

Figura 7 – Orixá Oxum.

Figura 8 – Abertura da figura referente a revisão de literatura.

Figura 9 – Orixá Oxumaré.

Figura 10 – Abertura da figura referente as construções metodológicas.

Figura 11 – Orixá Nanã

¹ As ilustrações que irão compor esse projeto de pesquisa foram feitas especificamente para esse trabalho pelo artista Junitti Domingos Alves dos Santos, arcoverdense, filho de Josimar Alves dos Santos e de Sônia Júlio Domingos. Essa pesquisa propõe ser uma construção feita por muitas mãos no entendimento que juntos podemos discutir sobre o mundo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESA – Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde.

BA – Bahia

CNS – Conselho Nacional de Saúde

EAA – Escola de Aprendizizes Artífices.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFECT – Instituto Federais de Ciência e Tecnologia.

INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.

PABA – Presídio Advogado Brito Alves.

PE – Pernambuco

PPL – Pessoa Privada de Liberdade.

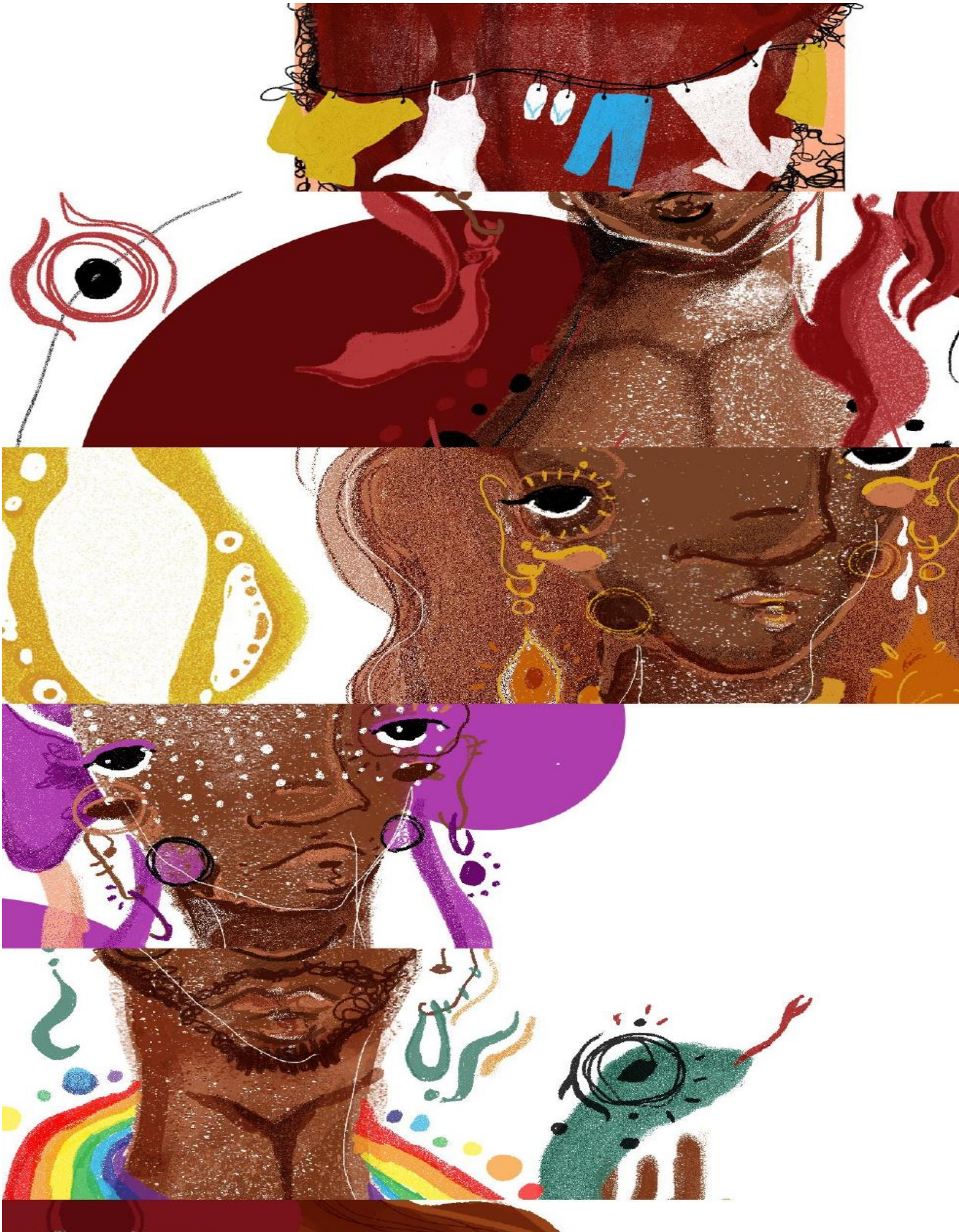
PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

SARS-CoV-2 – *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*.

SUS – Sistema Único de Saúde.

SUMÁRIO

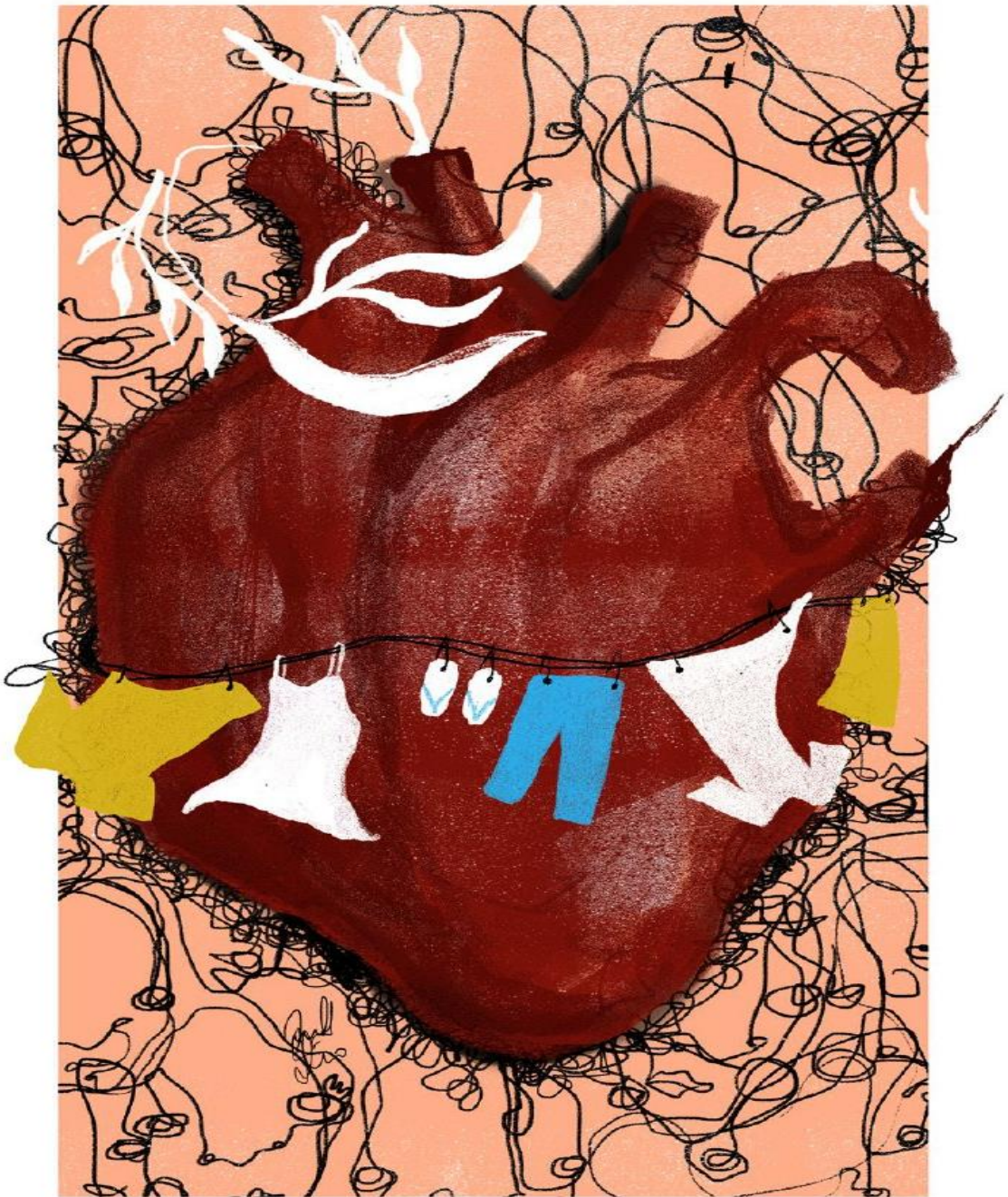
O CAMINHO ESCRIVIVENTE: CARTOGRAFIAS DE MIM...	9
.....	16
.....	17
INTRODUÇÃO: DOS TERREIROS AOS TUMBEIROS, ABRE CAMINHO E DEIXA EXU PASSAR	18
.....	18
Um breve panorama bibliográfico da educação profissional: e os tumbeiros aportaram e se fixaram no Brasil	22
Brechas na realidade investigada: Enfim, a encruzilhada... que caminhos seguir?	26
.....	30
.....	31
JUSTIFICATIVA E RAZÕES PARA A PESQUISA OUTRA: ORA EYÊ EYÊ Ô, MAMÃE OXUM ...	32
OBJETIVOS.....	38
Objetivo Geral.....	38
Objetivos Específicos.....	38
.....	39
.....	40
REVISÃO DA LITERATURA: <i>ARROBOBOI, OXUMARÊ</i>	41
.....	53
CONSTRUÇÃO METODOLÓGICAS: DA LAMA DE NANÃ NASCEMOS	54
Manifesto epistêmico-ontológico acerca do método	54
Abordagem da pesquisa	55
Tipo de pesquisa	56
Método de pesquisa.....	57
Procedimentos de construção dos dados	58
Análise dos dados.....	61
Local de pesquisa	61
Sujeito participante da pesquisa	62
Aspectos éticos da pesquisa	62
RESULTADOS: ABARÁ DE IANSÃ.....	66
Educação para quê? Educação para quem? A educação profissional no sistema prisional	66
Formação profissional, educação profissional e a experiência de estar no cárcere	74
Trabalho e educação profissional: por uma relação da atuação da consciência não-obediente.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS: GALINHA D'ANGOLA.....	83
ANEXO 1: PRODUTO, MINUTA DE LEI ESTADUAL E MANIFESTO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90





memorial
de m i
m m

sobre amor, luta,
vidas, cansaço e
vitórias.
Sobre conhecimento
e crescimento.



terceiro
olho

O CAMINHO ESCRIVIVENTE: CARTOGRAFIAS DE MIM...

*Daddy used to take me walking down the street
Daddy used to take my hand, say: Follow me
Daddy used to leave me back home all the time
I got big enough to run around, daddy left me outside
He said: Find your way back
Big, big world, but you got it, baby²*

Beyoncé, 2020.

Escrever um memorial é ser um viajante-cartógrafo, é ser antropofágico de minha própria carne, de minha própria história e trazer isso para o papel é tão íntimo, afetivo, sentimental e meus pés estão tão cansados e empoeirados. Se cheguei aqui é porque houve uma caminhada de longos dias. E sim, estou cansado! Mas meu pai me falou que o mundo era grande, era cansativo; ele me mostrou muitas coisas, mas quando chegou a hora de continuar sozinho eu continuei, e algo que aprendi desde cedo foi a olhar para as estrelas e lembrar que as minhas sandálias desgastadas não são maiores que os meus sonhos. Começo aqui saudando todos e todas que vieram antes de mim, pois é nesses homens e mulheres que está a minha ancestralidade. O chão onde piso já foi pisado por meu pai, minha mãe, minha avó, pessoas tão marcantes para a minha experiência de vida e de mundo. O chão onde piso já foi pisado por reis e rainhas africanos! E é nesse chão que peço licença aos ancestrais para firmar os meus pontos riscados.

Sou do interior de Pernambuco, moro na cidade em que nasci, Arcoverde, portal de entrada para o Sertão de Pernambuco. Sou enfermeiro e psicanalista, e na minha vivência assistencial e clínica sempre fiquei inquieto com a falta de garantia do direito à saúde ou de políticas públicas efetivas no Sistema Único de Saúde - SUS que buscassem atender às pessoas privadas de liberdade em todas suas necessidades e não apenas naquele atendimento básico. Demos um salto e tanto aqui, mas estou me deixando escrever livremente. Essa escrita que é inconsciente também demonstra o quanto o trabalho é parte de nossa condição humana. É no trabalho – não exclusivamente, mas com grande força –

² Tradução nossa: Papai costumava me levar pra andar pela rua/Papai costumava pegar minha mão, dizia: Vem comigo/Papai costumava me levar de volta pra casa o tempo todo/Quando eu fiquei grande o suficiente para correr por aí, papai me deixou do lado de fora/Ele disse: Encontre seu caminho de volta/O mundo é bem grande, mas você dá conta, meu bem.

que conseguimos incorporar as imagens que formamos sobre nós mesmos. Imagens que mobilizam ontologias, epistemologias e construções cotidianas que atravessam nosso ser.

Resgatando a minha história de formação, iniciei os meus estudos em escola privada para depois ingressar na escola pública. Percebi o quanto temos que defender a educação pública como um princípio de enfrentamento ao capitalismo e como consolidação da democracia. Essa experiência de estar em uma escola privada e depois em uma escola pública, levou-me a pensar e sentir o quanto o Estado opera de modo a precarizar direitos que poderiam contribuir para a dignidade da pessoa humana, direitos equalizando as distorções de classe, raça e gênero.

Depois de um tempo coisas as pioraram e tive que parar, sim, parar de estudar por dois anos para trabalhar. O piorar que me refiro aqui é a dificuldade de vivermos direitos tão básicos como trabalho digno, moradia e estudos; precisei ajudar minha mãe financeiramente em casa. Em mim muito doía me perceber como um jovem garoto precisando trabalhar, único filho ao lado de sua mãe solo. Só hoje percebo o quanto esse processo ecoa ainda em mim. Não é fácil viver na pele as desigualdades sociais tão gritantes em nosso país, é como estar com sede e beber um copo de água cheio de vermes. Não há saída, apenas encarar e engolir a realidade. Fui morar esses dois anos em outra cidade, mas em algum momento entre trabalho e casa tomei uma decisão: voltarei a Arcoverde, minha cidade natal. Faltava-me apenas finalizar o Ensino Médio. Fiz a Educação de Jovens e Adultos – EJA na cidade de Paulo Afonso – BA, e com o certificado em mãos pude me inscrever para o vestibular nos cursos de turismo, enfermagem e odontologia, tendo sido aprovado nos três, optei pelo segundo, iniciando a minha paixão pela enfermagem.

O que pode a educação na vida de uma pessoa? Bem, talvez nunca saibamos da complexidade dessa questão. Testemunho, contudo, que foi a educação – especialmente a EJA – que me ajudou a rabiscar meus sonhos, minhas lutas e minha consciência de si e de mundo. Foi na EJA que percebi um mundo marcado por diferenças coloniais. Até mesmo dizer-me estudante de EJA era motivo de vergonha para muitos. Para mim, era motivo de celebração, pois diante de tantas dificuldades encontrei uma forma de lutar em uma sociedade classista e racista.

Antes mesmo de voltar para a cidade onde nasci a fim de iniciar a minha formação em enfermagem, fui surpreendido com a notícia de que o meu pai tinha sido assassinado

ao tentar apartar uma briga. Perdi aquele que foi um grande homem para mim e que como relatei no início desta cartografia, meu pai era o homem que me levava para passear... me mostrava o mundo, me mostrava o quão agri-doce é o mundo. Não foi fácil perder meu pai tão cedo, ainda não é. Sempre tentei processar esse crime dentro de mim, me perguntando os porquês e buscando imaginar como seria minha vida com meu pai por perto. Mas, precisei continuar sozinho. Esse processo me gerou uma primeira ligação com o cárcere, pois em mim ficou o desejo de ver aquele que tirou a vida do meu pai atrás das grades.

Cursei a graduação. Conteí com a força de minha mãe, mulher negra, forte, cabeleireira que saía de casa todos os dias muito cedo e voltava muito tarde. Lembro de seus tamancos sendo retirados antes do banho e seus pés trazendo marcas de um dia de muito trabalho; seu corpo carregava em várias partes as marcas de uma vida de muito trabalho. Mãe-mulher, já órfã dos seus pais, precisando seguir no jogo da vida cuidando do filho e da sogra. Ela cuidava da mãe do meu pai como se fosse a sua mãe, uma outra mulher negra, lavadeira de roupas, valente e em condições sociais muito mais difíceis. Minha avó era amada e cuidada por minha mãe. Minha avó viveu em carne o que é ser negra e pobre, bem como eu e minha mãe. Seu trabalho de lavar roupas todos os dias para dar o que comer aos seis filhos era motivo de orgulho para todos, mas de desprezo para uma sociedade excludente.

Minha mãe trabalhava o dia inteiro, logo, nossos encontros eram poucos durante a semana, pois seu foco era trabalhar, manter a casa sozinha e sustentar os meus estudos. Tive além de uma mãe, uma grande mestra e rainha que me ensinou todos os passos, me ensinou tudo o que sou... me ensinou a Ser. O corpo dessa mulher negra não parava, sempre ativa em movimentos sociais, sempre divertida, todas as manhãs acordava dançando e mexendo seu volumoso corpo pela casa e lançando raios de luz por todos os espaços; minhas manhãs eram sempre regadas a música e dança.

Aqui eu trago outro vínculo com o cárcere, pois minha mãe ia todos os meses ao sistema carcerário feminino de uma cidade vizinha para realizar ações de valorização e de resgate à autoestima da mulher encarcerada. Cortava os cabelos, doava produtos de beleza, além de sensibilizar outras mulheres que, como ela, dedicavam-se a promoção de um dia diferente para quem muitas vezes a vida só excluiu. Um dia de cuidados com cabelos, unhas, maquiagem. Um dia para cuidar da alma feminina que por ora estava

trancafiada de seus sonhos. Acreditava minha mãe que a mulher deveria se valorizar pela construção de sua própria imagem, sem seguir estéticas padronizadas, mas que cada uma pudesse descobrir sua própria estética e amar cada parte de seu corpo. A beleza era o campo de formação de minha mãe. Neste campo, ela promovia uma revolução de amor com as mulheres privadas de liberdade, nascendo ali uma rede de apoio e de escuta de si mesmas.

Como toda mãe, algumas vezes acordava brava, pois a minha lentidão para despertar todas as manhãs quase sempre nos rendiam bons momentos de uma interação engraçada. Acordar com o susto provocado por um banho de água fria... Esses sustos talvez tenham servido como exercício de outros que viriam, pois a existência para mim, até hoje, foi uma verdadeira sucessão de acontecimentos que me chegam quase sempre de forma inesperada e que forçam a buscar um novo equilíbrio. Como sou grato por isso... Só não esperava que essa forma louca de me despertar do sono, era a preparação para o mundo dos sustos, pois esse corpo que não parava um instante sequer, me deu o maior susto da minha vida ao ouvir os seus relatos de que iria começar a sua luta contra o câncer de mama. E como eu preferia os sustos dos baldes cheios d'água no despertar de todas as manhãs.

Essa mulher tinha sede de se multiplicar, de fazer muito, de ajudar mulheres, de me ajudar, de sustentar a casa. E foi nesse ritmo que a música das manhãs foi silenciada e ela precisou partir para “o outro lado da vida”, onde acredito que mantém os seus encantos e onde aprendi a construir outro tipo de vínculo. Hoje ela é um ser de luz, uma encantada. Percebo-a em mim desde os anéis que uso, nas unhas que pinto, nos cabelos quando penteio, na dança que meu corpo repete e no desejo de semear o bem. A despedida, mesmo que temporária, não foi fácil nem mesmo para o menino acostumado com os sustos pela vida. No entanto, precisei seguir a caminhada sem ela. E aqui estou. Pude com a experiência de perder meu pai perceber o cárcere como espaço de revolta; com a perda da minha mãe, pude perceber o sentido da compaixão. Sentimentos antagônicos e repletos de significados que me acompanham nas minhas lidas diárias e na minha forma de enfrentar os desafios deste mundo.

Já formado trabalhei por seis anos na rede pública de saúde na área de oftalmologia. Posso afirmar que temos muitas pessoas privadas de liberdade cegas por não terem acesso a uma simples cirurgia de catarata, ou a um tratamento para glaucoma

e tantas outras questões voltadas à saúde ocular. O mesmo acontece com tantas outras questões a nível de saúde pública. O corpo biopsicosociocultural e espiritual que está no cárcere é constantemente abandonado por muitos.

Ao ingressar no mestrado mudei o foco desse desconforto que eu vivi na transição da área da saúde para a educação e comecei a ver o quanto esses corpos também estão cegos, o quanto carecem de oportunidades para que compreendam o que podem vir a ser. Foi quando compreendi na educação profissional a perspectiva de um novo horizonte para os invisíveis sociais que habitam o cárcere. Uma educação que traga sentido à vida e que possibilite a criação de perspectivas. Que possibilite àquele que muitas vezes não sabe ler e escrever, a chance de ter uma profissão. Quantos são marcados a possuírem o crime como única opção de vida? Um dia a educação me salvou e tive uma rede de apoio para isso. Quantos não possuem rede alguma? Após algumas leituras, vinha-me à mente e ao coração todos as pessoas privadas de liberdade que atendi e cuidei como enfermeiro e pensei: posso cuidar deles também na minha pesquisa!

Como corpo mestiço que sou, adentrar os espaços brancos da academia não foi fácil. Busco, enquanto esse corpo, falar de corpos mestiços e negros que são condenados à morte num movimento de necropolítica, uma política de morte que foi construída desde que nossos antepassados foram arrancados da África e trazidos à América. Creio, assim, no papel político e social que uma pesquisa pode vir a ter enquanto pesquisa-viva, que busca tocar o real e provocar mudanças efetivas no mundo. Uma pesquisa sentida no corpo mestiço que grita sobre corpos mestiços e negros.

Hoje me encontro professor na Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde - AESA, atuando nos cursos de Enfermagem e Fisioterapia na mesma instituição em que me graduei. Um professor ousando trilhar pelos caminhos da pesquisa e da extensão, guiando os seus alunos pelo despertar de um novo olhar para os temas relacionados ao sistema prisional. A partir desse novo horizonte, surgiram os desafios de orientar Trabalhos de Conclusão de Cursos que estão caminhando pelo cárcere.

Ao trilhar a construção dessa dissertação e ao me debruçar sobre as leituras surgiu em mim o desejo de assim como minha mãe adentrar o cárcere, pôr em ação as leituras no entendimento que as letras que não tocam o real são apenas manchas de tinta num papel. Minha mãe que usava o mundo da beleza e da estética, resolvi usar a Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde que estou como docente criando o projeto de pesquisa e

extensão Abre Caminho, nome esse em referência ao Orixá Exu que abre portas, constrói pontes e luta por justiça; desejo ver Exu no cárcere. O trabalho do projeto de pesquisa e extensão tem como base desenvolver ações de educação e saúde nas penitenciárias da região, nisso foram incluídos os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física, Psicologia, Farmácia e Pedagogia. Estou como coordenador geral do projeto e cada curso possui uma coordenação para articulação das atividades juntos com os alunos e alunas que fazem parte. Quero aqui em específico citar o grupo de Enfermagem que tem desenvolvido atividades de educação profissional, aqui eu tenho uma relação íntima relação por estar me formando mestre nesse campo da educação. Temos ofertado cursos como Cuidador de Idoso que busca formar a pessoa privada de liberdade tanto para viver essa profissão, mas também pensando numa educação humanística. Disciplinas integradoras como ética, multiculturalismo, política, sociedade, meio ambiente, trabalho caminham para além da técnica. Uma educação desejante de uma formação humana integral; um trabalhador que pensa o mundo que vive. O Abre Caminho também tem realizado outras ações como terapia em grupo com alunas e alunos do curso de Psicologia, realizando mutirão de testes rápidos com alunos e alunas de Farmácia, realizando pesquisas e publicando em eventos, consulta e atendimento com foco em mobilidade física pelos alunos e alunas de Fisioterapia e tantas outras ações. Foi a partir dessa pesquisa que esse projeto nasceu e não o contrário, entrar no cárcere tem me feito sentir esse lugar; cheiro, rotinas, corpos, dores, alegrias. Tenho agora visitado o cárcere quase que toda semana, ampliando ainda mais o meu vínculo com o universo estudado. Realizar essa pesquisa tem sido como chamas que transpassam a escrita e é desejante de furar o real.

O fósforo já está aceso e criou chamas em mim, chamas que só crescem. A partir do projeto Abre Caminho tenho vivenciado o cárcere em suas particularidades. Escrevo projetos que se transformam em artigos, percebo sentindo o quanto a minha mãe ecoa em mim pelo desenrolar das minhas buscas. No passado, ela irradiava luz com os instrumentos de cabeleireira. Hoje o eu que restou dela, ou o dela que ainda sou, permaneceu em mim tão forte que agora o eu-sujeito-pesquisador é quem se faz presente. Uma pesquisa de representatividade, de dor deste corpo social. Desejo ser com a força dos que vieram antes de mim, um pesquisador ativo no mundo. Como corpo mestiço que sou, tem nascido em mim o desejo de pesquisar questões sociais que mataram os meus;

ser um pesquisador do e no sertão pernambucano que ousa estudar o cárcere e os invisíveis que ali estão.

Sei o que é só ter o trabalho como opção, penso nos que passam pelo mesmo e que muitas vezes o horizonte se mostra muito pior, onde nem a opção de trabalho existe. E nessa pesquisa proponho abordar questões como essa; fissuras sociais que sangram bem aos nossos olhos. Também sei o que é ser um sujeito do sertão e em muito me alegra fazer essa pesquisa a partir do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, berço multiplicador da Educação Profissional. Outrora, precisei trabalhar e não pude estudar, mas um dia tive a oportunidade de voltar aos estudos e através da EJA eu pude conquistar o meu primeiro lugar ao sol.

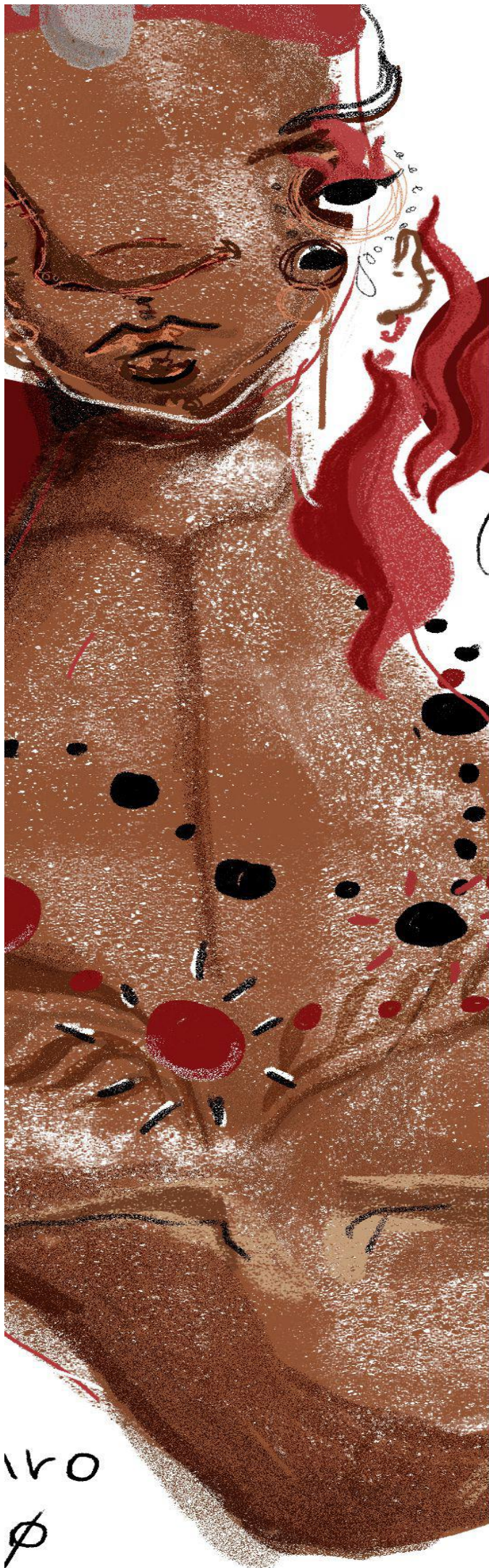
Minha vida em muito se assemelha a um navio em alto mar, as vezes os ventos estão tempestivos, as vezes calmos que chegam a ninar, outras vezes tão quietos que parece que o tempo para numa angústia estranha. Não seria diferente ao caminhar pelo universo da pesquisa. Passei em uma seleção de mestrado em enfermagem numa universidade pública aqui em Pernambuco antes de ingressar no programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais – ProfEPT. Fui várias vezes a Recife e enfrentei o processo seletivo com todos os meus medos. Meu corpo ali se encheu de alegria, fui fazer minha matrícula e ali tive um susto: a coordenadora do curso queria que eu cumprisse 18 créditos – de um total de 24 créditos – já no primeiro semestre. Tentei dialogar e mostrar a impossibilidade disso, visto que eu trabalhava. Ela ainda quis que eu já cursasse uma disciplina em uma cidade de outro Estado. Tomei um susto! Os ventos ficaram agitados e ser um navio em meio a uma tempestade não é fácil, as ondas aqui me batiam a proa que parecia querer rachar ao meio.

A coordenadora do curso me tocou os ombros e me perguntou o que eu estava fazendo ali. Disse que estava para estudar, ser pesquisador e mestre. Mas, rispidamente ela me fitou o olhar e falou: “Você precisa escolher entre estudar ou trabalhar, os dois não dá. Além disso, você mora no Sertão. Será impossível ficar viajando”. Mais uma vez essa escolha me surgiu e toda aquela alegria se tornou dor, tive que escolher pelo trabalho, pois, como sujeito pobre preciso manter o pão na mesa, preciso manter as contas pagas e me pergunto: os que estão no cárcere não passaram por situações parecidas ou até piores?

E me percebo um sujeito de sorte, com muitos privilégios. Tive como trabalhar, pude estudar, minha pele negra mais clara e meus cabelos lisos me forneceram o

passaporte para não sofrer alguns tipos de preconceitos que o negro de pele escura passa em sociedade. Percebia-me muitas vezes como branco demais para ser negro e negro demais para ser branco, habitando um abismo, mas hoje me compreendo como negro! Essas experiências me levaram de um corpo mestiço a um corpo negro.

O mundo muitas vezes nos coloca na parede e nos deixa sem saída. Ter que escolher entre o mestrado nessa universidade ou o trabalho, levou-me lá atrás, naquele garoto que precisou trabalhar e parar de estudar. Como chorei, deixei as lágrimas caírem por ser pobre, por morar no Sertão, onde o acesso à educação é tão difícil. Pergunto-me: educação é direito ou privilégio? Hoje e aqui as lágrimas se transformam em rios, águas de pesquisa-dor que passeiam pelo Sertão em liberdade e que buscam aqui firmar sua pesquisa e mostrar a força que há nesse lugar.



iN t^o DuçãO

vermelho e preto,
tridente,
mensageiro
orixá de comunicação.
O começo.
Exu abre caminhos.

vro
ø



terceiro
olho

ABRE
CAMINHO

INTRODUÇÃO: DOS TERREIROS AOS TUMBEIROS, ABRE CAMINHO E DEIXA EXU PASSAR

Abre caminho deixa o Exu passar
 Dá licença deixa o karma da cena passar
 Não entra na roda punk sem pedir pra Exu
 Não entra no mar sem pedir pra Iemanjá
 Desrespeite a fé dos pretos, saiba por que eu
 Sou Exu (...)
 Justiça é cega vê tudo negro
 Por isso todo culpado é negro
 Todo morto é negro
 Vocês são cegos
 Meu som é o braile do gueto
 É o baile do gueto

Baco Exu do Blues

Essa dissertação caminha em chão decolonial. Fomos guiados, estética e ontologicamente, pela mitologia do povo Iorubá ou nagô, povo que viveu na África e cujas tradições se manifestam fortemente no Brasil até os dias atuais. Começamos então, com Olódumarè, a força onipotente, criador do mundo e do firmamento, criou tudo que há no mundo e dele nasceu entidades que dominaram as forças da natureza chamadas de Orixás. De onde vem nossa força senão desse princípio arquetípico criador de nossas cosmovisões?

Vamos então, deixar Exu passar. Exu, o orixá da comunicação e da linguagem foi a fonte de inspiração para os nossos primeiros traços. Fizemos de nosso texto uma gira - reunião nas religiões de matrizes africanas onde os homens e mulheres, chamados de cavalos, incorporam os Orixás em seus corpos. Nossa gira foi como uma viagem em um navio negreiro que partirá de África com Exu, abrindo caminhos, e finalizará com Oxalá, o pai maior... Axé!

Nos terreiros de umbanda a gira acontece em sentido anti-horário e tem início com Exu nos guiando pela quebra de paradigmas embranquecidos e pela busca da compreensão do tempo outro, diferente do tempo cronológico que estabelece uma hierarquia determinada por um espaço único. Foi assim que o colonialismo instaurou um tempo e um espaço estruturantes uma lógica de extermínio. Nasce desse tempo e espaço um tipo de sujeito, o *ego conquiro*. Para Dussel (1977), o eu conquisto é o início ou fundamento para o *ego cogito* cartesiano. Ao contrair para si a missão civilizatória, o

colonizador implementou um sistema de domínio que desperdiçou nossas experiências e nossas existências (SANTOS, 2002). Esse eu conquisto é a personificação de que fomos formados por pedagogias de violência que cooptaram nossas mentalidades, espiritualidades, corporalidades, sensibilidades e racionalidades e que reduziram nosso desejo de potência. Pedagogizados, os processos de educação – e aqui abarcamos o sentido mais amplo do termo que possa incluir a humanização, hominização, escolarização e tantos outros – servem a uma lógica em que sujeitos outros que se distanciam da lógica de dominação e guerra, são subalternizados e concebidos como animais a serem domados. Inclusive em Preciado (2018, s/p) nos diz explicitamente que esse tipo de humanismo elegeu uma forma humana específica e única, a saber: “um corpo soberano, branco, heterossexual, saudável e seminal”.

Nesse humanismo temos um tipo de conhecimento centrado em uma perspectiva única: o cientificismo. O cientificismo, em muitos de seus processos, hiperespecializou o indivíduo resultando em práticas ineficazes e desprovidas de sentidos. Aquele diferente do tipo humano dito pelo humanismo moderno europeu, passa a ser objeto a ser conhecido, investigado, explorado; torna-se em mão-de-obra barata; um corpo a ser higienizado socialmente. Foi nesse sentido que aqui buscamos pela quebra, pela (des)construção e pelas travessuras de Exu ao brincar com o que está posto, (re)fazendo, (re)pensando e (re)criando mundos. É nessa escrita-terreiro que nos propusemos a realizar uma pesquisa que quebrará com o sentido horário das coisas e buscará nas Áfricas, nas diásporas e em corpos negros seus próprios processos. Pela desobediência epistemológica (MIGNOLO, 2008), procuramos nesta pesquisa evidenciar como fomos animalizados por meio de pedagogias que, no discurso moderno/colonial sobre a educação, fazem de nós máquinas e autômatos.

Exu, orixá que abre os caminhos, também é conhecido como a boca que a tudo come. Ele é o começo, o travesso, o dito pelo não dito, aquele que para todo o trabalho é o braço e mão, é a (des)construção, e nas próximas páginas ele será o guia, fazendo traquinagem, desfazendo as construções cartesianas. Neste sentido, firmo seu ponto aqui nessa escrita-terreiro; eu brinco com Exu. Esse movimento é como tomar de volta a alcunha roubada de um deus iorubano, trazendo Exu e todo o panteão para os espaços colonizados e buscando a construção de reflexões embasadas na negritude alma e essência de um povo. Quando Exu devora o mundo, ele vomita mundos maiores. Trata-se de

vermos a realidade mais rizomática (DELEUZE; GUATTARI, 1995), de vermos múltiplas perspectivas de categorias próprias de nossas realidades que fazem emergir diferentes formas do humano, justamente para não sermos canibalizados pela colonialidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). É um movimento de distanciar-se das perspectivas únicas e perceber a hibridez de mundo ou, nos termos de Noguera (2012), da pluriversalidade que pretende tantas formas de sujeitos, de educação, de conhecimentos.

Importa-nos uma imagem para pensar essa realizada trancada e limitada que foi imposta para nossas existências. Estamos num navio de corpos negros ancorados em África e daqui partimos para a (des)construção dos diálogos que se apresentam nessa dissertação; uma reflexão histórico-crítica das partidas e chegadas, na expressão máxima de que um povo que desconhece a sua história está fadado a repetir os mesmos erros de outrora. Não renunciamos às raízes dos corpos negros que vivem hoje na América do Sul, ou melhor, Améfrica Ladina (GONZALEZ, 1988). Essa mistura de América com África proporcionou o surgimento de novos saberes, enriquecendo a cultura de um povo que agora miscigenado, deveria se compreender muito mais ladinoamefricano do que, simplesmente, latino-americano.

É preciso lembrar que África não é um país e que nesse início estamos ancorados num grande continente, um território rico e com suas próprias histórias que foram tão desconsideradas e reescritas sob a ótica do colonizador. Antes dos europeus, antes da colonização, já existíamos em solo africano como reis e rainhas, impérios fabulosos e que através das cidades do norte do continente se estabeleceu o contato e as trocas comerciais com demais territórios. África é o berço da humanidade e toda a história do *homo sapiens* começou em terra de povos negros (KI-ZERBO, 2010); a mãe terra ou Pachamama³ pinga em cada pele negra fazendo desabrochar as primeiras evidências arqueológicas nessas terras.

Antes da colonização europeia existia um grande comércio entre África do Norte e África Subsaariana. Vários impérios africanos se destacavam como grandes comércios internacionais à época. O Império de Gana pelo comércio do ouro; o Império de Mali pelo comércio do ouro, sal, especiarias e couro; O Império da Etiópia expandindo as suas áreas

³ Pachamama é a deidade Mãe Terra, está presente nas culturas da América Latina onde inclusive na Constituição do Equador ela é citada no artigo 71 sobre os direitos da natureza (FERREIA, 2013).

de domínio pela Eritreia; O Reino do Congo, atualmente norte da Angola, foi independente até o século XVII, quando foram derrotados por Portugal. O Sultanato de Kilwa, território conquistado por mulçumanos também foi exemplo de prosperidade. Os Zulus foram rápidos em perceber o perigo do colono e lutaram bravamente contra os britânicos, mas foram derrotados (GOODOY, 2008).

Nessa pesquisa voltamos ao Sul como metáfora da subalternização e da marginalização na geopolítica de mundo; o Sul a partir de uma linha imposta pelo humanismo moderno europeu que retirou nossa humanidade e violentou nossas vidas em nome do progresso e do processo civilizatório (SANTOS, 2007). Estamos nesta investigação sob o signo de Exu, propondo a (des)construção dos elementos desta pesquisa, buscando inspiração para uma gira de novos caminhos. Com Exu iremos engolir pensamentos, sentimentos, dores e amores, decompondo e recompondo saberes que se fizeram excludentes e trazendo de volta o sentido da valorização da heterogeneidade. E para além disso, nossos caminhos se entrelaçam ao candomblé, pelas imagens diaspóricas, pelos mitos de África que nos foram trazidos dentro de navios negreiros. Exu é sinônimo de (des)construção, de travessuras, de engolir o mundo para depois expelir essa mistura que nos dará uma visão outra; quebrar, desconstruir passará a ser a ordem dentro da desordem que foi originada pelo caos que se formou ao sequestrar dos nossos ancestrais o direito de viver em África a sua história de corpos negros. Podemos aqui pensar numa epistemologia-áfricas? Talvez sim, as mitologias nos servem como arquétipos para nos mostrar o mundo real. São esses arquétipos que nos facilitam leituras do mundo e aqui começamos por nossas raízes e pomo-nos nesse abre caminho a figura da carranca que nos ajudará a espantar os maus espíritos, espantar a branquitude acrítica (CARDOSO, 2010). Talvez essa pesquisa em si seja uma grande carranca que abrirá pequenos espaços de discussão e diálogos entre a educação, o racismo e o sistema prisional. Entendemos que os navios negreiros foram transformados, aqui no Brasil, no que hoje reconhecemos pelas prisões.

Ao sair do continente Africano, esses navios carregados de corpos negros aprisionados de corpo e alma cruzaram mares rumo ao desconhecido; o branco colonizador se apropriou inclusive das águas que são da mãe Iemanjá. O mar como lugar de imensidão, de adoração, de proteção, agora foi usado como dispositivo de prisão, de correntes, de fome e de passagem para um outro continente: a América. Na gira não há

ordem de qual Orixá será incorporado, cada nação segue sua linha e nesse escrito também o faremos assim. Iemanjá e sua imensidão do mar é protetora dos pescadores, é mãe, protetora e decide o destino de todos aqueles que tocam o mar, o seu domínio, logo, todos esses negros e negras que por mais que sofreram nessa viagem em condições desumanas recebiam em suas cabeças a proteção de Dandalunda que deu forças para os manter respirando em meio a tantos horrores.

Um breve panorama bibliográfico da educação profissional: e os tumbeiros aportaram e se fixaram no Brasil

E aportou em terras guaranis os tumbeiros de almas...

Uma terra fértil de existências e experiências desperdiçadas pelo colonizador. Assim era o Brasil em tempos de ou encobrimento (DUSSEL, 1993). Logo os portugueses perceberam a dimensão continental das riquezas naturais e além de aprisionar as almas dos habitantes da terra descoberta, também fizeram aportar no litoral brasileiro os tumbeiros – navios negreiros que traziam almas sacrificadas, heróis de um continente mãe agora violados em sua liberdade de pensar e agir. Escravizados... almas que sangraram e que em nós ainda sangram. Aqui houve o contato não harmônico e injusto de África, Brasil e Europa. Esse contato tentou silenciar os conhecimentos antes produzidos. Uma das provas do trabalho profissional dos povos indígenas é o caminho Peabiru que não está nos livros de história; um caminho que cruzava o continente e chegava ao Império Inca (CORDÃO, 2017). E num primeiro giro na busca por correlacionar e valorizar os conhecimentos já existentes com a inspiração na educação profissional e sua compreensão atual, observaremos que a construção do caminho Peabiru se ligava aos aspectos do cotidiano da época. A diferença entre educação básica, educação profissional, educação familiar eram imperceptíveis, onde várias modalidades de ensino se cruzavam (CORDÃO, 2017). O caminho de Peabiru tem uma importância histórica, possibilitando a migração e intercâmbio de povos americanos, além de missões religiosas. Essa trilha poderia chegar a 3 mil quilômetros, começando no litoral paulista e chegando até Cusco.

A partir deste momento, daremos um novo giro rumo ao período de catequização dos habitantes do novo continente. O momento em que os portugueses decidiram educar, cognitiva e espiritualmente os povos colonizados, utilizando-se da educação como dispositivo para inserção da fé católica e como forma de hierarquização de conhecimentos, deixando de lado os chamados saberes primitivos e passando a impor o verdadeiro conhecimento trazido pelo colonizador. A história colonial registra: “parece-me gente de tal inocência, que se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, por que eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença” (CAMINHA *apud* SILVA, 2010, p. 32). Em complementação, Saviani (2018) afirmou que no início do século XVI a Coroa Portuguesa enviou os jesuítas com a missão de catequizar, ampliar o número de fiéis no mundo. Neste período a relação Estado e Igreja era muito consolidada na Europa.

Ao interromper a gira e convidá-los a imergir na compreensão do fenômeno da catequização enquanto momento de desconsideração da história e dos costumes dos habitantes locais, é possível compreender o momento vivido como um verdadeiro apagar da espiritualidade indígena, um verdadeiro saque histórico que trazemos aqui comparativamente como privação do direito à liberdade, verdadeiras prisões do corpo e da alma. Sobre a privação de liberdade, os povos originários pouco usavam a ideia de privação de liberdade. As penas estavam mais voltadas para formas de vingança, até que chegou o surgimento das primeiras prisões onde o foco não era mais apenas o corpo que sentia a dor do ato criminoso realizado, mas a alma que ficaria presa por anos (FOUCAULT, 2019). Nessa gira da história, veio o registro na antiguidade da primeira instituição construída para encarcerar e corrigir aqueles apontados pela sociedade como incorrigíveis. Percebe-se, já de início, um processo de dominação que pretende corrigir os estigmatizados incorrigíveis. Seria esse sujeito incorrigível?

Já no Brasil, em 1.769, a primeira prisão foi a Casa de Correção do Rio de Janeiro, conhecida como Complexo Frei Caneca. O local foi implodido em 2010 para construção de um conjunto habitacional. Em 1.825 a Constituição determinou que as cadeias tivessem os apenados divididos por tipo de crime e penas, e foi solicitado que as prisões se adaptassem para que as pessoas privadas de liberdade pudessem trabalhar. Apenas trabalhar (IMMICHI; PEREIRA, 2015). Notemos aqui, novamente, a fragmentação do direito à educação quando se direcionou aos corpos no cárcere o trabalho como forma de

ressocialização. Restou prejudicada a compreensão de uma educação profissional com vistas à emancipação do sujeito, oportunizando a construção de um conhecimento amplo e para a vida no pós-cárcere.

Em 1.890, com o surgimento do Código Penal, surge a ideia de punir reeducando, criando a penitenciária de caráter correccional. Para que a lei saia do papel e toque o real são grandes as amarras. O cárcere se mostra repetidas vezes como um depósito de corpos apenados sem a possibilidade de vislumbrar um futuro como da mesma forma acontecia com negros que estavam dentro de barcos cruzando o oceano. O maior presídio brasileiro foi a Casa de detenção de São Paulo, conhecido como Carandiru e apelidada pelos presidiários como barril de pólvora. Foi inaugurado em 1956 e implodido em 08 de dezembro de 2002, antes de sua desativação era o maior presídio da América Latina com uma capacidade para 6 mil presos, mas que abrigava mais de 8 mil (IMIMICHI; PEREIRA, 2015).

Ao observar o sistema prisional brasileiro, é possível compreender a existência de um espaço com poucas políticas públicas que, de fato, possibilitem uma (re)socialização dos corpos⁴ que ali estão. O espaço do cárcere, tão esquecido por muitos, nos aparece como espaço de depósito, de prisão e de punição. É histórico o apagamento desse espaço que está dentro das cidades, mas por que as pessoas não o veem? É um barco cheio de corpos negros que preferimos não ver, fazer de conta que não existe e quem está lá merece sofrer em níveis extremos. Ao indivíduo que foi encarcerado perguntamos: - o que ficou dessa experiência? Pensamos em um corpo como arena biológica, psicológica, sociológica, cultural e espiritual, logo, pensar e refletir sobre o indivíduo que tantas vezes foi e é negado torna-se ponte, torna-se dispositivo de travessias que lhe possibilitariam tornar-se corpo livre, além de ajudar na incorporação de práticas que configurem direitos. Parece-nos ser preciso discutir sobre o cárcere e a educação que profissionaliza, considerando uma educação que humaniza e que emancipa o sujeito, mesmo aqueles que passaram pela experiência do cárcere, afinal, para Cordão (2017), “após a educação básica tudo é educação profissional”.

⁴ Se as políticas neoliberais compreendem as pessoas privadas de liberdade como números, optamos pela reorientação epistemológica de compreender essas pessoas como histórias e corpos que são pessoas. Uma das concepções sobre corpo no pensamento africano de Maria Paula Meneses (2008) é que o corpo é arena política e social constantemente disputado. Entendemos ainda, que a concepção foucaultiana sobre o corpo nos faz entender que a liberdade nasce, primeiramente, no corpo. Assim, disputamos uma perspectiva de corpo enquanto arena política e social capaz de fazer emergir a liberdade em si e que enfrenta a lógica hegemônica da coisificação das vidas pretas e pobres.

Nesse sentido, nos parece necessário e urgente direcionar um olhar que possibilite uma perspectiva ampliada e para além das grades do sistema prisional. O cárcere é um terreno fértil para todos os tipos de pesquisa, principalmente, àquelas que conseguem compreender o espaço de condenação e isolamento, como ambiência e oportunidade de ressocialização. Na obra “o Ser e o Nada” de Jean Paul Sartre (1943), temos a liberdade como condição fundamental da ação e que o homem está condenado a ser livre; para o filósofo, o homem é livre e sua ação é intencional, fazendo surgir dessa liberdade a consequente angústia da escolha. No entanto, questiono, se de fato, todos os corpos são livres? Como pensar em liberdade se questões étnico-raciais e coloniais pesam sobre a liberdade desses corpos que estão no cárcere?

Me propus a iniciar esse texto trazendo a história que a própria história não conta, colocando o navio negreiro enquanto tumbeiro da história desses corpos negros em dobra ou espelho da prisão, numa perspectiva reversa ao tronco revestido de cárcere, para além da missão de castigo e/ou isolamento com parte da sociedade, possa ser pensado como espaço de acolhimento, criando condições básicas para o surgimento de uma educação integral que se proponha emancipadora. Por que não pensar na concepção de uma pedagogia para o pós-cárcere? Uma pedagogia criada especificamente para os alunos do sistema carcerário e que para além dos conhecimentos escolarizados como português, matemática, ciências e tantas outras disciplinas que se constituem no currículo base, trazendo reflexões sobre a formação humana integral com conhecimentos diversos para além de um currículo com grades.

No Brasil, é perceptível a indução de políticas públicas de dominação, vigilância e punição para os corpos encarcerados. Pensamos que são verdadeiras representações de uma necropolítica enquanto mecanismo que se expressa antes mesmo que a condenação, quando no ambiente externo o peso histórico racial recai sobre o negro pelas ruas do país. A necropolítica é um conceito de uma política de morte, um estado de morte, onde a soberania no lugar de proteger os corpos, os matam. O conceito se utiliza do pensamento foucaultiano sobre biopoder e do pensamento de estado de exceção gambiano onde a sociedade se utiliza de várias tecnologias para matar corpos negros, para segregar negros de brancos, separar modelos hegemônicos e contra-hegemônicos (MBEMBE, 2018). Já o biopoder, é a prática dos estados modernos de subjugação dos corpos e controle das populações através de várias técnicas (FOUCAULT, 2020).

Estamos pensando nos corpos que habitam o cárcere na perspectiva social da necropolítica. Assim, numa constituição de luta e de representação, trazemos a aproximação com o Xangô, que para Prandi (2020):

(...) Xangô e seus homens lutavam com um inimigo implacável. Os guerreiros de Xangô, capturados pelo inimigo, eram mutilados e torturados até a morte, sem piedade e compaixão. Xangô estava irado e começou a bater nas pedras com o *oxé*, bater com seu machado duplo. O machado arrancava das pedras faíscas, que acendiam no ar famintas línguas de fogo, que devoraram os saldados inimigos (PRANDI, 2020, p 322).

E é por isso que estou aqui e acredito nessa pesquisa. Sou um sujeito negro com alcunha em mãos e com a força dos antepassados que me guiam nessa gira, trazendo outras ontologias e interpretações sobre o mundo, contando outras histórias que não a do opressor, afinal, “não existe uma história com um só lado. Uma história é sempre muitas histórias, principalmente quando você está falando da questão prisional. Eu sou um exemplo vivo disso” (ANDERSON LIMA, entrevista em 24/07/2021).

Sáimos de África, tocamos a América, nos transformamos em Améfrica (GONZALEZ, 1988) e, nesse trajeto, em qual momento se pensou numa educação para a sociedade?

Brechas na realidade investigada: Enfim, a encruzilhada... que caminhos seguir?

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica constituiu-se na maior rede pública de educação profissional no Brasil. Oficialmente, teve início em 1909 quando Nilo Peçanha sancionou a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices – EAA, que, após várias transformações, deram origem aos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFECT, presente em todas as regiões do Brasil por meio da sua estrutura pluricurricular e multicampi. Cabe lembrar que um século antes da criação das 19 EAA, o príncipe regente do Brasil D. João já havia criado o Colégio de Fábricas, em 1809.

Mais de um século de história da Educação Profissional no Brasil e o registro de tantas transformações em períodos distintos, sem, em nenhuma delas, considerar a visão de encruzilhada e a perspectiva de novos caminhos para a educação dos encarcerados. É salutar refletir sobre o momento e a sociedade que existia no período em que essas escolas foram criadas. Espaços para pobres, ricos, negros, brancos... Espaços criados em que a

perspectiva de encruzilhada jamais foi considerada. Ao desconsiderar os caminhos que se cruzam, por certo, houve também uma completa desconsideração sobre os reflexos sociais da discriminação e do distanciamento. Para os negros, é imprescindível lembrar que a abolição da escravidão só veio em 1888, ou seja, 79 anos após a escola criada por d. João.

Voltando às escolas da rede federal, em 1909 elas foram pensadas para as classes desprovidas economicamente, com a intenção de compartilhar saberes (CORDÃO, 2017). A rede federal desenha como missão “qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo” (CORDÃO, 2017, p. 92). Não desejamos aqui levantar todo o histórico desse processo de como aconteceu a educação profissional no Brasil, mas, de 1909 a 2020, tivemos a implantação dos Institutos Federais, Universidades, Sistema S de Ensino, escola estaduais e tantos outros espaços voltados para uma educação profissional e tecnológica na máxima de que tudo que surge após o ensino básico é educação profissional. O que nos preocupa aqui talvez seja a ênfase numa educação técnica que se ligue diretamente aos interesses do capital, deixando de lado os aspectos sociais de uma educação que resulte de desenvolvimento humano integral de todos e para todos.

Iremos a partir de agora mergulhar no cárcere. E para entrar nesse tumbeiro pedimos licença e proteção a Xangô, senhor do fogo, justiceiro, que castiga mentirosos e protege os justos. Segundo dados do Sistema de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen (2014), 57,2% das pessoas privadas de liberdade – PPL são negras, sendo 93,7% homens e 6,3% são mulheres. Pelos dados observados, há uma população de pessoas privadas de liberdade de 574.026, registrando, à época, um déficit de 256.294 vagas. Em 2019, o Infopen gerou novas informações que deixaram de lado os dados de raça e etnia. Em 2019, a população carcerária brasileira foi de 748.009 PPLs, contabilizando um déficit de 312.925 vagas. Dessa forma, concluímos que mesmo com o aumento da população carcerária no período, houve também um aumento significativo no déficit de vagas.

Essa representação de corpo como arena política e social nos direciona ao processo histórico de colonialidade, onde não apenas o território foi roubado, mas os corpos também. Por colonialidade entendemos os processos subjetivos, contínuos e de

dominação, apropriação e violação, mesmo após o fim do sistema político e econômico da colonização europeia. Assim, permaneceram formas complexas de dominar o ser, o saber, o poder (MIGNOLO, 2017), o corpo, a natureza e tudo que pudesse ser explorado.

Nessa travessia, de colônias e território consolidado, diversas questões sociais e históricas perpassaram os corpos negros em diversos espaços. Logo, pessoas privadas de liberdade sofrem violência em diversos aspectos do direito. Suas linguagens precisam se tornar resistência e luta por condições melhores, cabendo aqui, a representação de um sentido reflexivo: estamos colonizando ou libertando em nossas práticas educativas no cárcere? Aliás, existem práticas educativas no cárcere? É necessário refletir sobre como a educação chega nesses espaços, seus propósitos e sua representatividade. Podemos ser como as naus coloniais que chegaram de um além-mar, onde os colonos se acharam no direito de explorar, apropriar e violentar o outro; mas devemos (re)pensar a educação para com o outro encarcerado e vê-lo como um, como sujeito historicamente herdeiro de um carregamento colonial, como tem sido descrito nesse caminho, e assim, produziremos saberes e experiências de mundos outros, alargando nosso campo visual que possibilita falar-com em vez de falar-sobre.

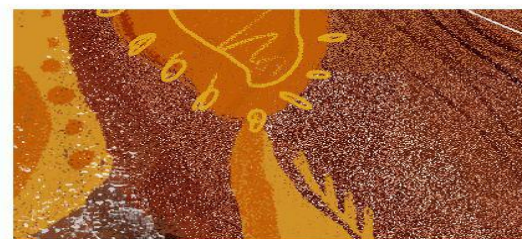
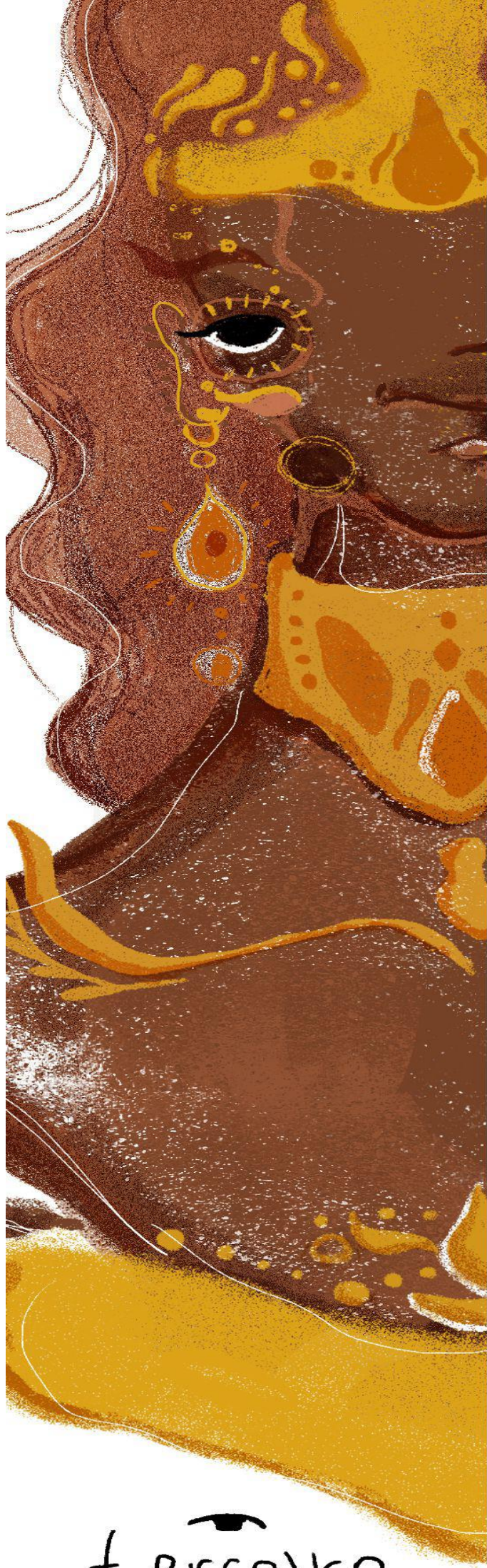
Vemos nos corpos negros sangue demais e choro demais em toda a sua história desde a África; a Améfrica que surge trouxe consigo as lágrimas que continuam a deslizar sobre a pele negra, sobre o mar de corpos negros que continuam, mesmo depois de 500 de colonização, sofrendo os infortúnios da Casa Grande; o que acontece agora, é apenas uma releitura dos modos de se explorar um povo. Quiçá a PPL ao entrar ano passado no cárcere e ter morrido, enquanto negação de direitos, possa esse ano não morrer mais ao ter a educação profissional como ponte ressocializadora: “ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro” (BELCHIOR, 1976).

Na máxima que a educação é direito de todos, vale questionar como ela acontece no sistema prisional brasileiro. Nesta pesquisa nos propomos a refletir sobre a educação profissional no sistema prisional a partir do seguinte problema de pesquisa:

- o que pode a educação profissional diante da perspectiva/direito ao acesso a políticas públicas de ressocialização das pessoas privadas de liberdade?

Nesse mar de águas turvas, queremos nos questionar e nos debruçar sobre a educação profissional em suas possibilidades. Uma educação humanizadora, politécnica⁵, que compreende o sujeito não como máquina ou para alguém disso, mas como ser biospsicossocialcultural e espiritual. Assim, deixemos a gira girar, pois a encruzilhada aponta para a existência de diversos caminhos...

⁵ Entende-se educação politécnica como sinônimo da educação marxista, uma educação multilateral. Esse modelo de educação busca a combinação de um trabalho produtivo pago com a educação intelectual, o que elevará a classe operária acima ou ao mesmo patamar das classes burguesas. Podemos chamar educação politécnica de educação integral e omnilateral que nada mais é que a junção de educação intelectual, corporal e tecnológica libertando o homem das amarras de um trabalho sem sentido, libertando-o do papel de mão-de-obra aos interesses do capital (MANACORDA, 1991).



JuStiFica.tiVA

tem sempre o amarelo,
ouro.
espelho.
beleza, riqueza, fertilidade.
lágrimas, choro, rios, dor.

terceiro



terceiro
olho

JUSTIFICATIVA E RAZÕES PARA A PESQUISA OUTRA: ORA EYÊ EYÊ Ô, MAMÃE OXUM

Bradamos... Bradamos o brado de Oxum. Esse Orixá mulher, pobre e que trabalhava numa feira e de onde avistava o rei em seu palácio. Todos os dias Oxum trabalhava incansavelmente e mesmo assim não conseguia modificar sua condição miserável. Logo, ela se revolta ao ver que o rei nada fazia em prol dela e de povo. Nisso ela decidiu procurar o ifá⁶, o grande oráculo. O oráculo orienta que ela levasse uma cesta de presente ao rei. Confusa, ela decide fazer a cesta e levar à corte. Ela cansada de tanta injustiça bradava: “eu que tanto trabalho, não tenho nada, e aquele rei, que não faz nada, está coberto de riqueza?” (EVARISTO, 2009).

Ao bradar fortemente Oxum chama os olhos do rei para si, o rei manda seus súditos ir até aquela mulher ver o que estava acontecendo. Sabendo do que tratava, o rei manda um pouco do seu ouro para acalmar aquela mulher, a fim de calá-la. Oxum não parava e continuava seu brado. À medida que aquele brado ecoava, outras mulheres negras se juntaram criando um coro, tirando a paz do rei e, assim, a mulher Oxum se tornou dona do ouro, pois todo o ouro foi colocado aos seus pés e, também, se tornou porta-voz daqueles que sofrem (EVARISTO, 2009).

Pensamos em justificar esta pesquisa sendo porta-voz dos que estão no cárcere. Cantamos ponto a Oxum e deixemos a gira girar. Nesse *ebó* de pesquisa, sinto-me de certa forma próximo a ele: sou filho e neto de mulheres negras. Ambas, pobres, que lutaram contra o mundo que sempre se opôs a elas. Mulheres que realizaram pequenas fissuras sociais no colonialismo, no patriarcado e no capitalismo selvagem; mulheres com seus corpos colonizados como negras, pobres e periféricas. Aprendi muito com elas. Minha mãe faleceu há 10 anos. Maria Ivanilde Pedroso Araújo Amaral, mãe-solo⁷, cabelereira, nascida em bairro periférico, viveu e compreendeu na pele a nefasta toxicidade da desigualdade social. Não mediu esforços para combater no que pode algumas dessas desigualdades. - Não seriam minha avó e minha mãe representações de Oxum na terra? – Não seria essa a representação que ecoa em mim?

⁶ O *ifá* é um oráculo muito usado pelos Orixás, é conhecido como a sabedoria, o dono dos segredos e o que decifra os búzios da vida (EVARISTO, 2013);

⁷ Entende-se por mãe-mulher solo um novo termo para não retratar essas mulheres como mães solteiras, nisso, desvincula a necessidade de homem e mostra a autonomia e empoderamento feminino para além do seu estado civil (LIMA; PIRES, 2019).

Minha mãe Maria fazia reuniões com mulheres vítimas de violência, ensinando os cuidados básicos; cortava e escovava cabelos, reunia mutirões de amigas que organizavam doações de roupas, acessórios e o que mais estivesse ao alcance de cada uma delas. Sempre me chamou atenção as idas de minha mãe ao presídio. Essa mulher guerreira já trazia em seu corpo temas como empoderamento feminino quando essas discussões ou não existiam, ou ainda não nos eram amplamente conhecidas. De forma inconsciente, quando me foi solicitado pensar num fenômeno para minha pesquisa de mestrado, rapidamente me veio a aproximação com o universo do cárcere. Após diversas leituras sobre o tema e a inspiração nas lembranças das giras de minha mãe, foi que tive um *insight* dessa ligação, pois ela pulsa em minhas veias até hoje.

Minha avó, mulher com 6 filhos, lavadeira muito pobre e numa situação muito mais vulnerável que minha mãe, foi socorrida por minha mãe ao conhecer o meu pai. Minha avó tem uma forte experiência de resiliência no contexto do cárcere: o assassinato do meu pai. Ela conseguiu não apenas superar a dor da perda do seu filho, mas perdoar o assassino do meu pai. Algo que me chama atenção nessa mulher é o entendimento de perdão e amor aos que estão privados de liberdade. Mulher de fé católica, sempre reza pelos apenados e pede no poder da sua fé por melhorias, direitos humanos e ressocialização dos que cometeram algum crime. Ela sabe no seu corpo o que é ser periférico e já viveu situações perversas e desumanas pela simples cor de sua pele retinta. É uma mulher que ao se levantar, também levantou tantas vidas negras. Ela é neta de uma mulher indígena, que foi raptada no mato pelas terras de Limoeiro, PE, para ser violentamente desposada. Essa força de uma mulher amefricana que se recusa a casar com um homem branco, monta num cavalo e foge pelo mato, emana nela e em mim. Meu avô, hoje já falecido, era um homem branco, olhos claros, cabelos lisos e essa mistura chega até mim: mestiço. Mas, antes de tudo, negro.

Ao se pensar em educação profissional no sistema prisional como um dispositivo ressocializador, é preciso também compreender esse fenômeno à luz do capitalismo, colonialismo e patriarcado que pariram os conflitos e desarticulações sociais expressas em sociedade hoje. Ao se refletir em capitalismo, colonialismo e patriarcado, Santos (2016) nos alerta sobre a colonialidade que acontece no campo do conhecimento humano e em seus corpos; os saberes foram dominados e feitos sobre a ótica do homem branco e europeu, criando um mundo de zonas metropolitanas e coloniais, relevantes e irrelevantes, civilizados e incivilizados.

Onde o corpo do ladinoamefricano negro está? Como chefes em empresas? Em cargos de nível superior? Dormindo no quarto de empregada? Parte dessa população está nas ruas, sem condições de moradia. Onde fica o estudo quando se precisa trabalhar para saciar a fome? Na Pesquisa Nacional de Domicílios – Segurança Alimentar observa-se que 1,6% dos brasileiros vivem em situação de fome, isso são 7,2 milhões de pessoas (BRASIL, 2013).

Quando falamos em pessoas negras, pensemos em suas artes, em suas expressões de fé, expressões de conhecimento. O mundo foi embranquecido nos anos da escravidão, quando os negros tiveram a chance de estarem libertos e tudo estava branco: santos brancos, igrejas brancas, arte branca, tudo pintado de branco. Quais dos seus conhecimentos são entendidos, compreendidos e respeitados? Na ausência de espaços para cultura negra, criaram-se estruturas de poder capilarizadas na sociedade. Santos (2016), em seu livro *Epistemologias do Sul*⁸, nos coloca a pensar sobre os saberes do Sul do mundo ou do mundo que está fora do mapa cartografado pela ontologia ocidental e que rompe a hegemonia do que foi construído sobre o homem, sobre a sociedade e os processos de educação para ricos e pobres.

Quando Chico Buarque (1973) disse que “não existe pecado do lado de baixo do Equador”, seria aqui uma fissura desse pensamento que vimos em Santos (2016)? Não existe pecado no Sul do mundo, onde tudo é permitido, onde a tristeza ficará para lá, pode-se comer sarapatel, caruru, que se pode abusar e lambuzar. O corpo negro trazido é a oralidade, a alegria, logo, a tristeza, mesmo nesse mar de corpos negros, dança. Ela precisa dançar! É a sabedoria do povo de Améfrica que dança e faz a gira se mover. O modelo da branquitude pelos colonos desenhou o outro lado do mundo como uma terra sem pecados...

Mas, o corpo indócil se vestiu de *python*, entrou no terreno do inimigo e tramou contra tudo que lhe foi roubado; muitos pregaram sobre o apocalipse, mas não imaginavam de onde as trombetas tocariam. Esse resgate não seriam trombetas sendo tocadas? Mandigas! Feitiços! Poderes contra o mal, contra o colono, contra a morte aos

⁸ Teoria do conhecimento; a epistemologia aponta como podemos e como formamos os saberes humanos. Ela pergunta: O que é o conhecimento? Que tipos de conhecimentos existem? Quais são as fontes? Dentre tantas outras indagações que resultem num questionamento e estudo sobre a gênese do conhecimento humano (JENSEN; CRUZ, 2013). Santos (2016) propõe repensarmos a relação atual do conhecimento onde o Norte, sentido metafórico para uma geopolítica de países europeus e também dos Estados Unidos que definem o estado atual do conhecimento e o impõe sobre o Sul, onde se localizam os países periféricos no sistema-mundo capitalista.

corpos negros que também são filhos do Deus dos cristãos; não? Vestimo-nos de *python*, de cobras, porque fomos, historicamente, colocados como a errante, como o pecado; estamos aqui para traquinar junto a Exu. Onde o branco abundou superabundou a escrita, superabundou a escrava (PROFANA, 2020). O modelo do outro continente deveria ser copiado, criando técnicas para negação dos saberes dos corpos da Améfrica. A escravidão é um dos maiores exemplos de técnica para controle aos negros, ao se definir o outro como não humano e nisso poder escravizá-lo, matá-lo. Nesse sentido, não há pecado, pois desconhecíamos e desconhecemos esses modelos que nos foram impostos; é preciso emancipar nossos saberes, libertar os corpos do Sul, beber da riqueza do nosso povo.

Ainda como lastro dessa discussão, aparece-nos a necessidade de vigiar e punir os corpos que estão fora dos padrões hegemônicos. Sejam contra-hegemônicos, sejam corpos não dóceis, fora de rota, corpos ingovernáveis. Ainda sobre arte, este projeto começa com uma epígrafe de Belchior (1976) com a afirmativa “ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”. Nessa expressão, desejamos propor através da música e da poética, a estética deste grande artista nacional em que os negros foram negados de direitos quando estiveram em liberdade num mar de desigualdades sociais; ao cometer “o crime” ele pode ter morrido no ano passado social e culturalmente, mas será que a educação profissional dentro do cárcere não poderia se constituir como horizonte para que esse ano “o eu encarcerado” não morra mais?

Em mais uma gira, dizemos que os velhos terão sonhos... os jovens terão visões e Exu chega novamente para fazer brincar. Refaçamos as catedrais. O negro Jesus nasceu em uma manjedoura e foi crucificado, depois de crucificado, precisou ressuscitar; os negros, juntos em unção, se formam em encruzilhadas, arrebatando das mãos do Senhor as chaves das prisões. A cruz se transformou em encruzilhadas, não mais calvário, aprendamos a voar com nossas próprias engenhocas para respirar submersas em águas vivas superabundantes, pois em Calunga os negros são eternos (PROFANA, 2020). Que os negros possam viver em pleno Mar Morto, pois no terceiro dia ele se levantou e falou que entre os mortos não deveriam procurar. Todos deveriam viver? Ou seriam só os brancos?

É preciso compreender os cruzamentos sociais, históricos e culturais que perpassam o cárcere e os corpos que foram colocados nesse lugar. Como responde Michel Foucault (2019, p. 219, grifo nosso) a J.J. Brochier em *Microfísica do Poder*: “[...] a prisão

foi um grande instrumento de recrutamento. A partir do momento em que alguém entrava na prisão, acionava-se um mecanismo que o tornava infame, e quando saía, não podia fazer nada senão voltar a ser delinquente”. Destaquemos o termo “delinquente” que Michel Foucault usa em seus livros. Pensamos que esse não seja o termo que propomos aqui, o deixamos, pois, se trata de uma citação, mas queremos (re)pensar uma outra terminologia.

O sistema prisional não está fora do contexto social, pelo contrário, é um espelho. Muito do que é visto em sociedade está presente no cárcere. A escola: paredes, portões, fardamentos, grades... O hospital: paredes, regras dos que manipulam os doentes. Será que a desigualdade social também se encaixaria aqui? Celas lotadas não seria um espelho dos tumbeiros de outrora? O diretor do presídio não poderia ser o governante em sua estrutura representativa? ...realidades espelhadas. Ao entrar numa penitenciária é possível enxergar a nós mesmos, enxergar a nossa sociedade, e isso nos gera desconforto. Então, seria mais fácil negar esse espelho e não se enxergar nele? Somos parte dessa sociedade excludente. Os presídios estão dentro das cidades de forma física, mas muitos olham para esses espaços e se perguntam o que é aquela estrutura rodeada de paredes. É um existir não existindo.

Existe uma estrutura pandêmica do capitalismo capaz de criar lutas entre os sujeitos por espaços, por dinheiro e criam uma atmosfera de pouca ou nenhuma preocupação para com o outro. Os homens se entregaram aos seus próprios interesses, a busca por mais poder, mais conhecimento redutor e excludente, mais capital. A escravidão é reflexo disso: usar homens negros para o trabalho que exija menos desenvolvimento intelectual, tornar um corpo objetificado, animalizado. Seria irreal refletirmos que é utópico pensar em guerra às drogas ou qualquer contravenção penal e em mais prisões quando temos um sistema penal ineficaz? Talvez não se trate de guerra e nem de drogas, essa última pensada em sua dimensão colonial.

Em mais uma gira, qual dos caminhos é possível seguir a partir de agora? A utopia e distopia aqui presentes, são conceitos que nos fazem refletir sobre o real, pensar sobre para qual direção estamos colocando a roda do leme, que por menor que seja no aqui e agora, o resultado final será um distanciamento enorme de onde pretendíamos chegar. Ser utópico é ser um caminhante sem pernas no sentido ladinamefricano (GONZALEZ, 1988) de ser, olhar para frente e perceber rotas de fenômenos melhores e muitas vezes quase

que impossíveis; posso dar cinco passos para frente e o horizonte dará mais dez, também para frente.

Isso nos deixa em movimento, em busca de algo melhor, e nessa pesquisa estamos em busca de mais igualdade e de ressocialização da pessoa que está em privação de liberdade devido uma infração ao Código Penal Brasileiro. E, entretanto, compreendemos relações outras que constroem o crime, como a negação de direitos básicos pelo Estado e pela falta do sujeito-ao-lado⁹, além de questões outras. Nesse sentido, embasar a prisão na vigilância e punição aos corpos é ser distópico; é distorcer cruelmente a esperança, é permear faces do totalitarismo, autoritarismo e opressão. Nesse movimento buscaremos nos debruçar sobre a reação do que poderá surgir ao mergulhar no cárcere e na educação profissional, compreendendo esses dois campos e criando diálogos, mandigas... entoando o brado de Oxum na busca por igualdade social.

Assim como Foucault (2019) afirmou que sua pesquisa sobre a prisão permeou um material não nobre, pois muitos dos pesquisadores não desejam estudar esse espaço por considerá-lo como matéria de não nobreza, aqui propomos lançar nossos olhares para esse espaço, mas no entendimento como um espaço nobre, rico e pulsante de vida. É a vida dos negros que estão no cárcere que desejamos tocar, é a vida de corpos que trazem em suas ancestralidades reais e rainhas. Queremos ouvir quem está no navio-cárcere. Isso é lançar os olhares da academia e da ciência para dentro deste espaço, é fazer da pesquisa um *ebó* político-social. Que essas páginas se convertam em mar de ondas abençoadas por Iemanjá, ondas negras de representação social e marco de libertação. Que a rainha do mar cante e dance conosco; o mar que outrora foi usado para colonizar, que seja agora lugar para cantar, dançar e libertar. Que ao escrever esse projeto, ele em si seja uma blasfêmia ao modelo hegemônico que docilizou os corpos apenados; queremos aqui realizar um aquilombamento epistemológico, aquilombar o cárcere sobre o olhar do próprio apenado e dos demais que estão dentro do navio-cárcere, estar desde seus territórios, suas histórias e nisso, sermos quilombos.

⁹ Ao se tratar de sujeito-ao-lado, queremos aqui denunciar a falta de empatia, a falta do olhar para o outro no contexto do capitalismo, a falta de solidariedade e do entendimento do social como rede, onde um precisa do outro. Não damos as mãos, deixamos pessoas sozinhas em um sistema opressor e desigual, que consequentemente, nos coloca em um lugar distante do estar ao lado, do estar junto.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Ensaiair de que modo podemos ressignificar a ressocialização no contexto prisional brasileiro a partir da educação profissional.

Objetivos Específicos

- Estudar a relação entre educação profissional e sistema prisional perpassando questões de raça.
- Buscar a existência de educação profissional dentro do sistema prisional.
- Construir um manifesto estético-epistemológico sobre educação profissional no sistema prisional em formato de lambe-lambe.
- Formular uma minuta de itinerário formativo multidisciplinar para Educação Profissional no Sistema Prisional brasileiro.



revisão
de
Literatura
cobra e arco-íris
macho ou fêmea
foturna, riqueza,
continue, permanência



REVISÃO DA LITERATURA: *ARROBOBOI, OXUMARÊ*

Oxumarê é o Orixá do movimento, o senhor de tudo que é alongado e estendido, o cordão umbilical que está sob seu domínio nos orienta a buscar forças nos que vieram antes de nós. É símbolo de continuidade, também representado como serpente que morde seu próprio rabo, nos ensina a continuidade, os ciclos e nessa revisão de literatura desejamos assim ser: répteis.

Aqui seremos sucuri, jiboia e cobra coral que deslizará pelo que já foi pensado e construído, sendo assim, firmamos o ponto a Oxumarê. O *angorô* é arco-íris, que é o próprio Oxumarê que traz fertilidade e chuva aos solos. Essa dissertação aqui receberá a benção desse Orixá e, conseqüentemente, a fertilidade dos que vieram antes de nós que nos sulearão para a construção que aqui desejamos fazer. Em um processo de gira, seremos também caminhos para os próximos estudos que poderão surgir.

Ele é macho e fêmea, se transmuta e consegue entender o que é ser muitos em um só. A cobra é muito usada também nos cursos da área da saúde pelo simbolismo do antídoto, cura, sabedoria e transmissão de conhecimento. Oxumarê aponta para o céu e aponta para o solo, é um arco-íris que nos servirá de transmissão destes fichamentos. O senhor das serpentes já chegou e dançará conosco!

A política de segurança pública nos últimos anos no Brasil está sendo posta em discussão por conta do caos que está ocorrendo nas penitenciárias de todo o Brasil. Esse caos se deve pelas situações desumanas, grande número de PPL, pouca ou quase nenhuma ressocialização, dentre outros problemas que existem no cárcere. A privação de liberdade não cumpre o que promete e é ineficaz ao exercer seu papel de ressocialização. Existem várias questões sociais que levam o cidadão a cometer algum crime, mas suas raízes estão, sem dúvida, ligadas ao próprio Estado que não consegue dar conta da educação, saúde, moradia, trabalho, qualidade de vida e tantas outras questões (BARROS; MARÇAL, 2018).

Ao se pensar no crime, surge o pensamento de culpar aquele corpo, culpá-lo pela escolha feita ao cometer o delito. Culpar e punir o outro é a forma que o Estado encontrou de manter o que a sociedade em cada contexto histórico e social entende por controle social (FOUCAULT, 2019). É necessário entender que várias questões perpassam o crime e o ato em si, e aqui entramos num campo do saber que é a criminologia. A criminologia

é um amplo campo do conhecimento e se faz necessário uma ampla leitura e estudo para compreensão melhor da ciência que estuda o crime. A criminologia estuda o delito, as causas, surge como um amplo estudo interdisciplinar, ela não é apenas um ramo do direito, mas que se mistura com psicologia, sociologia, política, antropologia e tantos outros campos do saber.

A criminologia não busca apenas estudar a pena dada ao criminoso, mas de buscar suas raízes, causas e como re(socializar) esse sujeito. A pena e suas dimensões já estão bem desenhadas no Código Penal e Código de Processo Penal, campos do direito. A criminologia estudará o criminoso, a vítima e o controle social (polícia, estado, sociedade). A criminologia crítica conversa intimamente com a sociologia, compreendendo que o crime acontece ligado a processos sociais que levam o sujeito a praticar o delito. Os estigmas também aqui estão, como questões de raça, classe social, gênero que banham as questões do ato criminal. Santos *et al* (2018, p. 8) afirmam:

Conforme restou demonstrado, a Teoria do Estiquetamento Social tornou possível a utilização da criminologia como ciência empírica e não como forma de sistema penal. Com isso, a criminologia crítica passou a ter como objetivo principal o de atuar como uma ação crítica-destrutiva do sistema penal desigual e opressor, com fulcro de transformá-lo em um sistema igualitário e libertário. Como é sabido, o sistema penal brasileiro trata-se de sistema de controle social repressivo e preventivo, que aparentemente se faz necessário, pois justifica-se pelo discurso da proteção da sociedade, no entanto, tem revelado que sua função real é diferente da prometida, isto porque tem se apresentado como forma de legitimar o controle estatal sobre as classes mais vulneráveis, bem como para justificar situações de opressão e violência. É perceptível que o Estado não tem obtido êxito na aplicação do sistema penal, pois, apesar da pena ser vista como algo a ser benéfico e necessário, a realidade da estrutura punitiva posta aponta no sentido de ser mero produtor de criminosos e reproduzidor de desigualdades. Com base nisso, a criminologia crítica, então, revela a necessidade de uma mudança radical no sistema seletivo de justiça penal brasileiro, que, no entanto, só será possível a partir de uma mudança no seio social, isto porque apenas é possível a modificação de um excluído após a modificação da sociedade excludente, visto que esta consiste na raiz dos mecanismos excludentes.

Ao escrever essa pesquisa estamos pensando nos fatos sociais que determinam as maneiras do homem e mulher agirem nas relações em sociedade, logo, um sistema que por nós é criado também nos obriga a se adaptar e agir conforme fruto do seu meio; o sistema rouba liberdades e padroniza os corpos. Como mudar o excluído numa sociedade excludente? O agir em sociedade não é livre, há questões do Estado, da antropologia, da sociologia e da psicologia que perpassam do pensamento à ação. Pensamos, portanto, se somos de fato livres socialmente. De acordo com o dicionário Michaelis (2020), liberdade é “sf. Nível de total e legítima autonomia, poder de agir, extinção de todo elemento

opressor”. Ousamos aqui dizer que pensando em como as construções sociais nos moldam e nos formam, não somos livres socialmente. E enxergamos como possível fissura dentro desse sistema modulador, a educação profissional para as pessoas privadas de liberdade.

Não visualizamos a possibilidade de falar sobre educação profissional sem tocar o véu da história; buscar perceber como a educação foi construída em um país com contexto tão amargo pela colonialidade e escravidão. Cordão e Moraes (2017) em sua obra *Educação Profissional no Brasil* iniciam os escritos nos levando para antes de 1.500, o que não se percebe na maioria das sínteses históricas sobre a educação no Brasil. A educação nos povos indígenas já existia, não começou com a chega dos portugueses.

Há a hipótese que a educação geral e educação profissional eram homogêneas a tal ponto de não dava para visualizar onde uma terminava e a outra começava, os interesses eram outros, o sistema social estava pautado em outros desejos que não eram o mesmo do capital e extração de riqueza, ideais europeus. E há provas de que houve trabalho profissional em nossas terras? Sim, Cordão e Moraes (2017, p. 20) afirmam:

[...] Peabiru indica um conjunto de trilhas ou ‘caminho dos índios’ que já existia por aqui, muito antes dos históricos ‘descobrimientos da América e do Brasil e dos interesses de espanhóis e portugueses merecerem a celebração do Tratado de Tordesilhas. O Caminho Peabiru tem incontestável presença em terras sul-americanas e importância histórica indiscutível – possibilitou a migração e o intercâmbio das várias culturas indígenas no continente, a descoberta de riquezas, a criação de missões religiosas, as trocas comerciais e o estabelecimento de povoados e cidades. O conjunto de ‘trilhas’ ou ‘estradas’ do Peabiru ainda permanece até hoje como um grande mistério e objeto de acirrado debate entre especialistas, tanto em relação às suas origens históricas quanto ao significado de seu nome.

A liberdade é amplamente discutida na filosofia. Indo ao Período Clássico na Grécia Antiga, compreendemos a liberdade interligada com o ato de pensar, a reflexão do homem e da mulher sobre as coisas que o cercam. A decisão e o ato voluntário são sinais de liberdade. Podemos lembrar aqui do pensamento de Sócrates ao nos orientar sobre conhecer-se, olhar para dentro de si e assim pensar e gerar reflexão. É necessário aqui fazer um recorte sobre quem poderia pensar: homens brancos e livres. Escravizados aqui não possuíam direito algum, o que gera contradição ao que foi pensado logo acima e comunga com o nosso problema de pesquisa. A educação que profissionaliza, tem chegado aos corpos negros e aos corpos do cárcere? Compreendendo aqui educação profissional como tudo após a educação básica, na visão de Cordão e Moraes (2017).

O modelo epistemológico, cultural e social na Idade Média era teocêntrico, a sociedade foi regida pelos preceitos da Igreja Católica que coloca a natureza do homem está ligada à natureza superior. O homem ao conhecer Deus, sabe, portanto, que mesmo ele ocupando um lugar superior na natureza, há uma Inteligência Maior: Deus. Tudo passa a ser cognoscível a partir dessa realidade maior. E aqui temos Santo Agostinho que revela que Deus sabe o que vamos fazer, mas não tem controle sobre as ações humanas, sendo o homem, portanto, livre para escolher entre o bem e o mal. Mas, também há o pensamento de Martinho Lutero que dizia que o homem é controlado por Deus, o ser superior controlava tudo e todos.

Na Modernidade vemos o existencialismo, onde Jean-Paul Sartre (1943) mostra que não há existência sem liberdade. Não há como separar a existência do ser à sua liberdade, logo, tirar a liberdade de alguém é roubar sua própria existência. Mas estamos condenados a essa liberdade na compreensão que não somos livres. A sociedade e o Estado que modulam nossas ações. Já Hannah Arendt (2016) em *A Condição Humana* nos leva a compreender que a liberdade só acontece em parceria: ser livre é ser livre com o outro, uma experiência solidária que vai de choque com o totalitarismo, tão antigo e atual ao mesmo tempo. Destacamos aqui que a condição humana é algo complexo e que na obra de Arendt percebe-se que os homens são seres condicionados. Tudo que entra em contato com o homem imediatamente torna-se parte de sua existência em determinado espaço. A natalidade, a mortalidade, a sociedade, a pluralidade do planeta terra pertencem à condição humana (BARRERTO, 2002). A condição humana está relacionada a três atividades básicas que desenham a vida na terra: labor, trabalho e ação. São condições existenciais básicas do homem na terra. Nos conceitos arendtianos temos o labor é a atividade relacionada aos processos biológicos do corpo, processos vitais, nele asseguramos a sobrevivência da espécie. O trabalho permite a criação de objetos e a possibilidade de transformar o mundo, transformar objetos proporcionando a criação de um *habitat* diferente dos outros animais. Já a ação é a única atividade que independe da matéria e se relaciona com a pluralidade humana. É pela ação que os homens conseguem demonstrar quem são, é nessa ação que vemos a liberdade (PINTO, 2016). O homem está condicionado ao trabalho, logo, é importante discutirmos sobre isso na educação profissional tendo em vista seu papel imprescindível na existência humana. A educação profissional tem educado apenas na perspectiva do labor e do trabalho? Não seria preciso

pensar na ação como elemento emancipador dentro da educação? E em não criar espaços para a ação a educação profissional estaria negando liberdade?

Não podemos esquecer ainda, que o Renascimento e o Iluminismo impuseram valores e ideais que influenciaram o Ocidente. A visão teológica do mundo é desfocada e se inicia a discussão sobre a razão, a racionalidade e a formação do sujeito racional. René Descartes (2009) foi o fundador do racionalismo, da discussão sobre a razão. A ideia de um sujeito que existe apenas por sua capacidade de raciocinar e de elaborar conhecimento sobre o mundo, impôs uma ordem racional excludente. Considerou-se então que a pessoa humana seria aquela dotada da razão. E essa perspectiva de razão é aquela do homem europeu. A construção do outro colocou-o em posição de subalternidade, uma vez que ele não teria o mesmo nível de razão que a concepção cartesiana.

O homem livre é aquele que pode escolher fazer ou não suas ações. Aqui é valioso citar John Locke (1998) que contribui ao dizer que o Estado é responsável por criar leis que regulem os direitos dos indivíduos. A liberdade para ele não existiria sem leis que a fomentem. Com Jean-Jacques Rousseau (2000) podemos entender a liberdade do homem no seu nascimento, mas que durante sua formação social e sua vida em sociedade cria desigualdades que matam a liberdade. Em Michel Foucault (2019) fica mais evidente as instituições que dominam os corpos e desenham suas falsas liberdades como escolas, famílias, presídios, bairros, etc. Ao se debruçar nos escritos de Zygmunt Bauman e Gustavo Dessal (2017) eles trazem a homogeneidade da segurança e liberdade que são indicadores de uma vida boa, mas é impossível ter as duas ao mesmo tempo, onde cria essa lacuna social. Vemos a negação de liberdade para alguns, liberdade para poucos e um excesso de ordem e pobreza de liberdade.

Ao compreender o pensamento sobre liberdade ao decorrer da evolução do homem e mulher em sociedade, queremos aqui buscar nessas bases a ligação da liberdade e do sistema prisional. A prisão tem sido dispositivo ressocializador ou o contrário disso? Esse é nosso desconforto e nessa fundamentação achamos importante a compreensão de liberdade pelos olhos de vários teóricos que podem nos dar base para a pesquisa, bem como nos ajudar e compreender questões outras. Ao navegar por essa pesquisa, queremos compreender o passado, mas sem deixar de olhar para o futuro a fim de manter o barco deste pensamento em movimento.

A prisão deveria ser um local de transformação do sujeito que cometeu algum crime, mas podemos compreender o seguinte que “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto, não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (FOUCAULT, 2019, p. 258).

A prisão continua perigosa, rouba liberdades, e ao se debruçar sobre o direito penal e sistema penal, suas regras, seus sistemas de vigilância e punição, vemos o cárcere como uma amarga solução que precisa ser estudado, pois mostra-se em si próprio fadado ao fracasso (BATISTA, 2011). Mas, ao passar do tempo, adentramos esses espaços para produção de ciência e compreensão desses corpos que ali estão. É necessário ouvi-los, estar com eles para desenharmos juntos soluções que busquem fazer desse local um ambiente de ressocialização e que cumpra o seu papel desejado há muito tempo.

Queremos olhar para frente em busca de discussões e ações reais que se aprofundem sobre a ressocialização no sistema prisional e o poder na educação como propulsora, mas sem esquecer questões sociais que estão fora do presídio, questões fundamentais, questões que envolvem o interesse político e do Estado.

O cárcere e sua história prometiam ser um local de correção do sujeito, que iria classificar e isolar, as penas seriam dadas conforme o bom comportamento e seus progressos, o trabalho seria importante neste processo, a educação seria indispensável, o regime seria controlado por pessoas técnicas e capacitadas, o encarceramento aconteceria de forma assistida e acompanhada, mas o que vemos é que nada disso acontece de fato (FOUCAULT, 2019). O autor entrega ao mundo uma importante reflexão sobre as relações de poder e, nesse sentido, é imprescindível conhecermos a origem da palavra poder. A palavra vem do latim *potere* ou *posse*, que significam ser capaz, possuir autoridade, controlar, ter força, regulação.

Pensar em poder em educação nos faz pensar em disciplina e compreendamos o seguinte:

É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que expressem comando e comandados. Diante do triângulo demonstrado por Foucault, poder — direito — verdade, e das passagens em que ele remete ao aparelho de Estado, a figura, por meio de recurso analógico, compara-o ao triângulo do tripé da sociedade, Estado — mercado — sociedade civil (FERREIRINHA, RAITZ, 2010, p 371).

Ainda nessa discussão, temos em sociedade o necropoder, onde o Estado e seus ecos escolhem quem vai viver e morrer. Nisso há a construção de corpos dóceis, capazes de não se compreenderem como colonizados, de não se moverem por mudanças e nasce aqui o termo necropolítica: uma política de morte que vem sendo escrita pelo Estado (MBEMBE, 2016).

O necropoder mata os corpos e suas arenas políticas. Imaginemo-nos como corpos como a escravizada Anastácia que por não seguir as ordens da branquitude teve que usar máscara tapando sua boca, retirada apenas nas refeições (ARGOLO, 2018). A necropolítica cala os corpos, os dominam e os colocam em posição desumana. Imprime marcas de morte, diz quais são os espaços que devem ser ocupados pelas vidas. Há vidas que importam e há vidas matáveis. Nesse sentido, a prisão deve ser ocupada por corpos matáveis, descartáveis. Esse mecanismo acontece em todos os espaços sociais além do cárcere, como escolas, universidades, igrejas, condomínios, famílias, etc. (MBEMBE, 2016). É preciso fazer a reflexão e observação em onde estamos nesses cenários de oprimido e opressor. Lembremos que o conhecimento é poder, a educação é poder, mas para quem ela está servindo?

A educação profissional e o conhecimento são ferramentas de poder, de autonomia, de empoderamento e de fraternidade, se para esse intuito forem usadas. Disputar a educação profissional é ocupar espaços dispostos pela necropolítica. Não são todos os filhos e filhas do Brasil que conseguem se deitar em berço esplêndido e nem todos e todas são iluminados pelo sol do Novo Mundo. O Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, processo esse que deixou feridas abertas até os dias atuais. Sobrepor a história do cárcere e da escravidão no Brasil é alargar a visão sobre raça, cor e classe social que está na margem da sociedade que pariram desigualdades e periferias. Vejamos aqui como a história se repete: a escravidão foi abolida, mas hoje o mecanismo de dominação é outro.

Ao se pensar nessa repetição, em Escritos de Educação, no seu penúltimo capítulo temos, as contradições da herança, onde Bourdieu (2018, p. 260) diz:

Os herdeiros que, aceitando herdar – portando, serem herdados pela herança - , conseguem apropriar-se dela (o politécnico filho de politécnico ou o metalúrgico filho do metalúrgico), escapam das antinomias da sucessão. O pai burguês, que deseja para seu filho o que tem teme é, pode se conhecer completamente nesse *alter ego* que produziu, reprodução idêntica àquilo que ele é e ratificação da excelência de sua própria identidade social. E o mesmo ocorre com o filho.

Essa lógica da herança acontece em vários níveis da existência humana, Bourdieu nos leva para uma outra instância desta discussão ao compreender os hábitos e questões da psique humana que estão envolvidas nessa herança social que vamos herdando e nos vai surgindo inquietações. Temos decidido herdar? Temos mudado? Temos repetido os mesmos processos de poder? Conseguimos ler o Código Penal Brasileiro e perceber as heranças do Império, da Ditadura Militar, dos padrões da Europa de como cuidar do crime?

Ao se debruçar pela criminologia, campo do direito que estuda os determinantes e condicionantes da criminalidade, encontramos na escrita de Nilo Batista (2011, p. 26) o seguinte pensamento:

Assim, o sistema penal é apresentado como igualitário, atingindo igualmente as pessoas em função de suas condutas, quando na verdade seu funcionamento é seletivo, atingindo apenas determinadas pessoas integrantes de determinados grupos sociais, a pretexto de suas condutas. As exceções, além de confirmarem a regra, são aparatosamente usadas para a reafirmação do caráter igualitário.

E aqui lembramos a afirmação de Karl Marx (2010, p. 49) que “o homem não existe em razão da lei, mas a lei existe em razão do homem [...]” e nisso surge a inquietação de como a lei tem sido usada em nosso país e a serviço de quem. O homem possui condições básicas de sua existência ou sua condição. Temos três atividades fundamentais, o labor, trabalho e ação. Daremos ênfase a segunda atividade ao se tratar sobre o trabalho como condição humana, logo, a educação profissional surge como horizonte a trazer o que foi perdido mediante questões sociais. É necessário ao homem o trabalho, sentir-se provedor, construtor de tecnologias, sejam elas, leve, leve-dura ou dura na máxima de sentir vivo e não mais morto-vivo (ARENDT, 2016).

A educação profissional no sistema prisional, nesse pensamento de Arendt, e o trabalho como condição humana podem ser um dispositivo importante na ressocialização. O labor, o trabalho e ação são dimensões que humanizam o homem e a mulher, são dimensões que estão interligadas com a própria existência. Logo, ao tirar do povo a capacidade de executar um trabalho, de ser alguém no mundo, tiramos a sua dimensão mais íntima: existir. O crime, em alguns casos, poderia estar atrelado a esse mecanismo? Podemos perceber, na necropolítica, que onde o Estado não provê condições dignas de trabalho, de renda, de vida, o crime se torna um grito de socorro dos filhos rejeitados pela pátria. Não seriam eles além de não existirem, apátridas? A Máscara de Flandres que a

escravizada Anastácia usava é algo que não nos serve mais – e na verdade nunca nos serviu. Homens e mulheres após anos e anos estão resistindo e levantando sua voz para mudanças reais no mundo. São corpos políticos que se aquilombam.

Pelo fracasso do sistema prisional em vários países do mundo, uma reforma penal parece entrar em discussão. Em África, aqueles que estão encarcerados são especialmente os que tiveram seus direitos básicos negados pelo próprio Estado. As condições das prisões são terríveis, ferindo direitos humanos e que muitas vezes é usada a força indevida para controlar as pessoas privadas de liberdade. A atitude das pessoas fora destes espaços não é encorajadora, onde paga-se também uma pena social imposta pelas pessoas fora do presídio embasadas em preconceitos e negação de direitos. É imperativo compreender questões outras para ressocialização como discussão de espiritualidade, educação e visão holística (AKIH; DREYER, 2017).

Apenas vigiar e punir não nos parece, ou nunca pareceu, suficiente para uma ressocialização. Assim, compreendemos mecanismos outros, como apontam Akih e Dreyer (2017), como a espiritualidade. Isso é uma possibilidade utópica de disputar o cárcere a partir de mudanças que possibilitem o sentido de ressocializar. E nessa direção, a educação profissional adentrando o cárcere também nos parece um sinal de mudança, pois a educação nesse sistema nos parece esquecida, adormecida. Tão logo essas discussões estão acontecendo, ou deveriam acontecer, e ir para além das palavras, irem se construindo materializando e tocando o real.

A realidade que vemos no Brasil mostra que o número de PPL aumentou em 168% de 2000 a 2014. O número grande de PPL em dezembro de 2014 era de 622 mil e que não foi suportado pelas prisões espalhadas pelo país, levando a superlotação. Há um déficit de 250 mil vagas. Antes da Lei de Drogas, o país tinha 47 mil PPL por drogas, atualmente chega-se a 138 mil e o crescimento que aconteceu entre 2000 e 2014 teria relação com a nova legislação (BRASIL, 2014).

A nova política de drogas que chegou em 2006 trouxe a diferenciação entre o usuário e o traficante. Nesse novo modelo se prevê penas mais educativas e prestação de serviço aos usuários e ao traficante penas mais duras de prisão, de 5 a 15 anos mais multa de R\$ 500 a R\$ 1.500 reais. O cerne deste problema está na subjetividade de compreender quem é usuário e quem é traficante, ficando a cargo do juiz que analisa oito critérios

diferentes, como natureza e quantidade da substância, além do que o imputado carrega (SÁ, 2014).

É preciso lançar um olhar especial para esses números, compreender que esse número são homens e mulheres que possuem famílias, possuem questões sociais e que o sistema do cárcere no Brasil nos parece em crise, onde só aumenta e cria déficit. Mas o que desejamos chamar atenção aqui são as informações sobre raça, cor ou etnia do INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2017, p 32):

A informação sobre a raça, cor ou etnia da população prisional estava disponível para 493.145 pessoas (ou 72% da população prisional total). A partir da análise da amostra de pessoas sobre as quais foi possível obter dados acerca da raça, cor ou etnia, podemos afirmar que 64% da população prisional é composta por pessoas negras. Na população brasileira acima de 18 anos, em 2015, a parcela negra representa 53%, indicando a sobre-representação deste grupo.

É importante aqui transpassar essas informações sobre o panorama geral sobre cor e raça ou etnia no Brasil. Já tivemos um momento em que apenas 34% dos negros ocupavam as Universidades Públicas. E apenas em 2019, somando pardos com pretos foi possível chegar a 50,3%. Ao pensar num país onde possui 53% de negros essa mudança ainda precisa melhorar, compreendendo que é preciso pagar essa dívida de um país que prende mais negros e educa mais brancos (IBGE, 2019).

Outros dados também precisam ser observados como o do mercado de trabalho, onde os cargos gerenciais em 68,6% são ocupados por brancos e apenas 29,9% são ocupados por pretos ou pardos. Sobre a distribuição de renda e condições de moradia, temos 15,4% de pessoas brancas abaixo das linhas de pobreza, entre os pretos e pardos esse índice vai para 32,9%. No panorama da violência, a taxa de homicídios na população branca é de 34% e na preta ou parda de 98,5%. E na representação política dos deputados federais eleitos em 2018 temos 24,4% de pessoas pretas ou pardas e 75,6% de pessoas brancas (IBGE, 2019).

Por mais que em 2018, pela primeira vez, pretos e pardos tenham sido maioria nas Universidades Pública do país como aponta o IBGE (2019), muito ainda precisa ser feito. A Lei de Cotas de 2012 que definiu que metade das vagas das Universidades deveriam responder a critérios raciais e sociais pudemos ver essa mudança de 34% para 50,3% de negros estudando; apesar dessa parcela corresponder a 55,8% dos brasileiros e brasileiras. Mas outros percentuais precisam ser observados: dos brasileiros que já concluíram o ensino superior, 36,1% são de brancos; entre os negros, esse valor está em 18,3%. No

ensino superior, a taxa de brancos ingressos é de 53,2% e 35,4% de negros. Jovens nas faixas de 18 e 24 anos que concluíram o ensino médio, mas que não conseguiam estudar por conta do trabalho ou por conta de ter de buscar trabalho, destes, 61,8% eram negros. (NITAHARA, 2019).

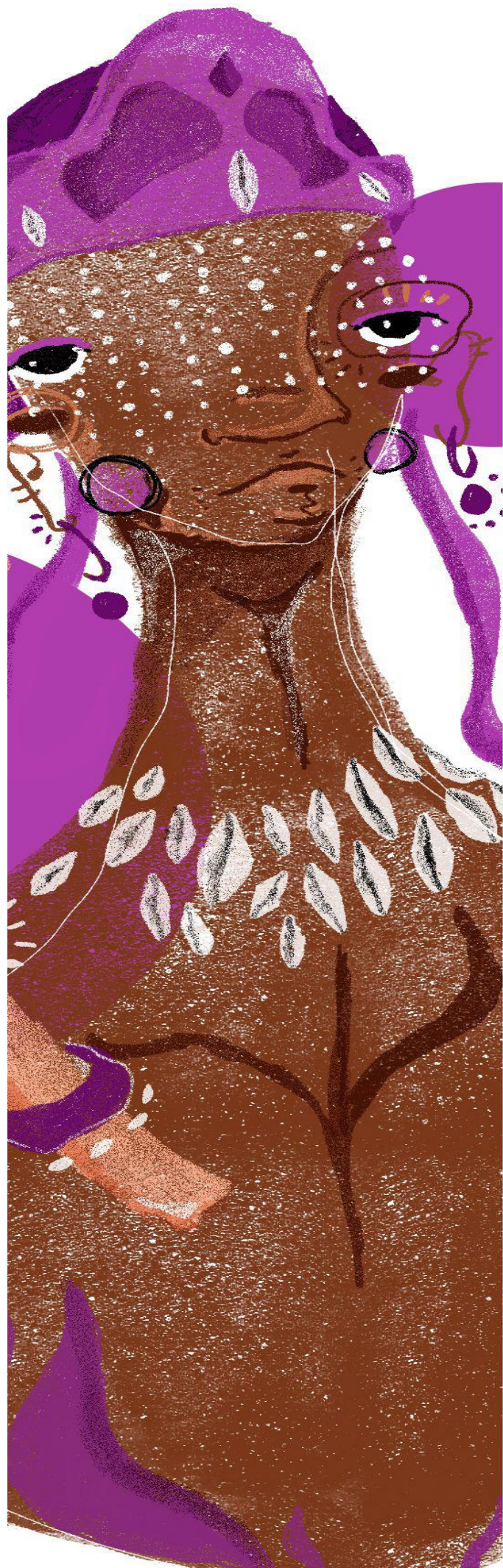
Ao compreender o sistema prisional falamos de um local ainda mais esquecido, onde as mãos do Estado não chegam e pessoas negras são jogadas à própria sorte como espelho do que já acontece fora deste espaço, mas de forma ainda mais cruel. É a necropolítica e o necropoder acontecendo em frente aos nossos olhos, todos os dias, num mecanismo cruel e sem fim.

Ao se pensar sobre educação profissional dentro do sistema prisional, queremos usar as contribuições do pensador Antonio Gramsci (2001) que tanto contribuiu a discutir temas como escola unitária, trabalho como princípio educativo, marca social e dualismo escolar. Busca-se aqui uma educação que emancipe o sujeito, uma educação integral que não se fixe apenas em técnicas e prática, mas que busque criar espaços omnilaterais. Gramsci (2001) aponta que a divisão entre escola clássica e escola profissional alimentou fissuras sociais, onde a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a escola clássica às classes dominantes. O que buscamos é uma escola que integre esses saberes, que possa responder a um histórico de desigualdades (JACOMINI, 2020).

Machado (2020, p. 17) em seu artigo sobre Gramsci e a educação do educador nos aponta que:

A atualidade do pensamento de Gramsci não se detém na leitura equivocada que tantos ideólogos fazem do sardo. A teoria política gramsciana inova no sentido de nos fazer refletir sobre a possibilidade real de transformação da sociedade, de compreensão dos movimentos da história e do tempo presente. Além de contribuir para novas pesquisas, nas diversas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais, com o objetivo de explorar novos temas para responder questões antigas ou novas. O que me detenho, portanto, com o fim desse artigo, é refletir que a democracia operária é, possivelmente, a parte mais importante da teoria gramsciana, que nos faz observar a necessidade de construção de uma democracia de novo tipo, a partir de uma nova cultura do americanismo de tipo operário/subalterno para o desenvolvimento da consciência crítica e de uma nova forma de sociabilidade.

Nisso surge hoje o desafio de construir uma educação de fato democrática, uma educação que seja de todos e que adentro os amplos espaços. Ao se pensar numa educação profissional dentro do cárcere, pensamos aqui numa educação gramsciana, integral e que faça a classe negra, pobre, que vivencia a necropolítica e o necropoder, se reconfigurar construindo um mundo menos desigual.



conTR_uções
metodológicas

senhora,
lama, águas paradas
roxo.
Ibiri
palhas e búzios



Paul
Juno

terceiro
olho

CONSTRUÇÃO METODOLÓGICAS: DA LAMA DE NANÃ NASCEMOS

Manifesto epistêmico-ontológico acerca do método

Nanã é a lama presente na terra desde a criação e foi na sua lama que a terra foi criada. Ela vivenciou a construção de todo o universo; sabe dos métodos e dos processos. Por estar aqui desde o princípio, é uma das mais temidas e respeitadas, e aqui seremos de Nanã, *euá, euá, euá, ê*. Aqui queremos ter cautela ao escolher o método. Cuidado nessa criação e no silêncio de Nanã seremos oração por um processo que respeite os corpos que queremos tocar, as histórias que queremos ouvir; assim, de pés descalços puxo o verso e continuo a gira, com a licença de Nanã pedindo a sua benção para essa criação.

E por meio de Nanã abrimos caminhos para a inspiração, trazendo de Nascimento (2019) o conceito de quilombismo enquanto agência político-social capaz de combater o racismo em suas diversas manifestações. Seguimos as trilhas metodológicas que nos levam à construção de um quilombamento epistemológico e ontológico, tomando por base a definição de quilombos enquanto locais de refúgio, de união de pessoas negras, de resistência.

Os quilombos foram locais de refúgio, de união de pessoas negras como forma de resistir e lutar por um espaço onde pudessem viver livres. Os fazeres da ciência precisam ser ocupados nessa perspectiva; é preciso quilombar esses espaços e tempos com os saberes dos corpos que são negados, assim como suas epistemologias e ontologias. Tratamos então, de ocupar, enquanto pesquisa[dores] implicados com realidades e perspectivas outras, esse navio-cárcere, que é a instituição prisional, com epistemologias enegrecidas. Nos colocamos em favor dos corpos negros para lembrar o que foi lhes foi roubado: sua história, sua identidade. A pesquisa navegou sobre a imagem do quilombo, sendo um instrumento de resistência ao colonialismo, patriarcado e capitalismo.

Todo território metodológico é, inicialmente, político e ontológico. Político, pois considera o corpo como a própria existência política e subversiva do racionalismo excludente, assemelhando-se a nós como um rizoma, tanto no sentido deleuziano, como por empréstimo dos conceitos da biologia. Ontológico, pois nossas raízes espelham e espalham possibilidades, alargamentos, numa complexa representação existencial em suas perspectivas plurais. No lócus desta pesquisa certamente encontramos forças que disputam narrativas, percepções, esquemas, paradigmas, suposições poderosas de ver o

mundo e, até mesmo, a passividade e a aceitação da condição social de exclusão a que estão expostas as pessoas privadas de liberdade. É nesse sentido que a crítica metodológica nos levou a considerar não erros, não brechas, não apenas contradições, mas visões de mundo que são ocultadas intencionalmente, nos processos e procedimentos teórico-metodológicos considerados tradicionais em seu rigor. Ao pensarmos assim, fomos levados a concordar que há conhecimentos canonizados, legitimados e tomados enquanto centro das visões de mundo. Ao mesmo tempo em que há conhecimentos que são subalternizados, colocados como saberes inferiores, quando não silenciados (MIGNOLO, 2008).

Abordagem da pesquisa

A partir da observação do nosso problema de pesquisa, pensamos a abordagem que melhor se aproxima de nossas intenções epistêmicas, políticas e ontológicas. Nas ciências ditas sociais, a abordagem qualitativa é quase uma condição *a priori*. Há uma dificuldade de se pensar em modos outros de se conceber a pesquisa. Perguntamo-nos, então, o que é pesquisar?

A lama de Nanã é fluida, é sobre ela onde o mundo foi construído. O humano foi feito a partir desse lama. Seguindo esse signo, pensamos que pesquisar é, como nos mostra Ela (2015), mais que um movimento emergente da racionalidade científica ocidental; pesquisar é o banhar-se na lama de Nanã, é perceber-se com o mundo e não ocupar posição superior sobre o mundo e tudo que nele habita. Longe de abrigar-se no signo da academia branca que canonizou sujeitos brancos e suas teorias, pesquisar é um movimento de autoconhecimento. Como nos mostra Santos (2010), o conhecimento é, nele mesmo, autoconhecimento.

Assim, buscamos na nossa abordagem de pesquisa, dizer a essência de nossa investigação – essência, não em sentido fenomenológico, mas poético – afirmar que tipo de mundo estamos dispostos a construir. Uma grande contribuição das pesquisas qualitativas é que ela se tornou, segundo Pierre (2018):

uma bem-sucedida máquina de produção de conhecimento. Ao invés de ler dados estatísticos coletados por pesquisas e experimentos, nos quais aquilo que as pessoas pensam e sentem desaparecia nos números, nas tabelas e nos gráficos, nós recuperamos o corpo vivo – queríamos as pessoas vivas, de carne e osso, presentes (PIERRE, 2018, p. 7).

Mas, optamos por avançar em nossas posições político-metodológicas e estabelecer relações de saber-poder em igualdade, em comunhão, em partilha. Entendemos que a pesquisa qualitativa, ainda que rompendo com a supremacia da objetividade proposta por concepções cartesianas, ainda assim, prioriza o sujeito cognoscente, o sujeito racional. E somos sujeitos racionais que *corazona* (SANTOS, 2018) a razão, que usa das sensibilidades para conhecer o mundo, que alarga o sentido de razão. Como fazem os povos andinos, *corazonar* é passar pelo crivo do coração, é aquecer o que é racional, tornando-o sensível.

Nesse sentido, pareceu-nos mais apropriado escolher enquanto abordagem de pesquisa a pesquisa pós-qualitativa. Como nos mostra Pierre (2018), há uma estranheza ao se pensar a pesquisa qualitativa humanista convencional e as contribuições dos pensamentos pós – sendo estes todos os pensamentos que avançam nas limitações impostas por paradigmas, esquemas e abordagens sobre a modernidade. Nossa lama é decolonial, nossa visão de mundo é plural, complexa e participativa. Desse modo, não poderíamos ter uma abordagem de pesquisa que não admitisse novas e outras viradas ontológicas.

Na abordagem pós-qualitativa pretendemos desconstruir os “nós” que foram herdados pela colonialidade do poder e saber (PIERRE, 2018; QUIJANO, 2005). Um dos maiores “nós” é justamente a noção de um sujeito racional que é cognoscente e que exerce um movimento de olhar o modo de forma objetiva, superior e técnica. O que entendemos por sujeito é mesmo uma construção incorporada e plural, não cindido, não unificado (LAHIRE, 2002), mas que é atravessado por emoções, razões outras, moveres e existências diversas. Pretende a abordagem pós-qualitativa esse movimento de desvelar novas razões, outros sujeitos e outras formas de conhecer.

Tipo de pesquisa

Posicionamo-nos, teórico-metodologicamente, em uma forma de conceber o mundo que compreende o ser humano como sendo participativo na natureza e na realidade. Não como um objeto – mesmo que de forma superior, como supõe a filosofia kantiana-cartesiana, mas como um ente do mundo que participa, que integra, que experimenta, que não é separado.

Nanã usa seu ibiri para espantar os maus espíritos que teimam em assombrar os espaços sagrados. Esse mesmo ibiri serve-nos, metaforicamente, para afastar os agouros positivistas e a herança kantiana que pretendem a objetificação do mundo. Pedimos a Nanã que seu ibiri afaste o carrego colonial e que consigamos disputar uma ciência mais generosa. Como nos mostra Ela (2015), a ciência é uma construção social, parte de diferentes aspectos socioepistemológicos; faz-se a partir do capital humano de conhecimentos filosóficos, ontológicos, políticos e estéticos. Assim, pensando e sentindo modos outros de construção da pesquisa e da própria concepção de ciência, trouxeamos a pesquisa participativa como sendo o tipo de nossa pesquisa.

Acreditamos que não há uma maneira única de construir o método científico. Quando universalizamos o método, corremos o risco de desprezar conhecimentos e visões de mundo, de pessoas e de formas de existir. Nesse sentido, em uma relação crítica e de diálogo, a realidade passa, na pesquisa participante, a não ser mais fragmentada, encaixotada e estruturada em modelos únicos. Brandão (1999) mostra que, na pesquisa participante, constrói-se uma relação com o outro valorizando-o como sujeito e não como objeto.

Quando nos dispomos a construir mundos mais afetivos e justos, social e cognitivamente, não temos como permanecer na lógica de pesquisa colonial, que pretende condicionar e subalternizar pessoas para legitimar uma posição superior sob o signo da academia e da ciência ocidental. Essa lógica hierárquica é desfeita na pesquisa participante. Ela supõe a circularidade do poder e do saber. Pressupõe ainda, não ignorar os processos de colonialidade, mas de atravessá-los, desestabilizá-los. A pesquisa torna-se uma maneira de resistência e de problematizar as naturalizações.

Método de pesquisa

Essa pesquisa participante defende que o corpo também produz conhecimento. Para o pensamento da ciência moderna, essa afirmação é no mínimo estranha e não legítima. O sujeito cartesiano, que é racional, produz conhecimento pela razão estrita e outras formas de conhecimento são desprezadas. O corpo tem sido objeto de estudo em várias áreas: corpo biológico, corpo história, corpo antropológico, mas no lugar de

compreender o corpo como várias repartições, iremos compreendê-lo como sujeito ativo na pesquisa.

Assim, o método que melhor poderia contribuir para essa intencionalidade é a análise crítica do discurso. Para Dijk (1999), pioneiro desse método, a análise crítica do discurso investiga o discurso e o que está em suas entrelinhas enquanto abuso do poder social, as formas de desigualdade e exclusão, as reproduções de poder assimétrico e o contexto social e político onde o discurso é elaborado. Diz o autor, ainda, que quem realiza esse método precisa “da consciência explícita do seu papel na sociedade” (DIJK, 1999, p. 23). Como método não neutro – como todo método que se propõe em uma metodologia, a análise crítica do discurso objetiva contribuir para empoderar quem está em uma situação desigual de poder, ampliando a noção de justiça e lutando pela igualdade social.

É preciso compreender o discurso como elemento rico de conhecimentos. Assim conseguimos ouvir quem foi atravessado pela experiência desse navio-cárcere. Nesse sentido, conseguimos, a partir da análise crítica do discurso, pesquisar para e com as pessoas que estão no sistema carcerário. Estivemos juntos, fazendo uma pesquisa que compreende a liberdade desses corpos, nos distanciando do modelo colonizador da ciência. O movimento aqui foi outro: não pretendíamos dar voz, pois ao dar também estamos num movimento de colonialidade, mas nos sentamos com o sujeito-ao-lado; ouvimo-lo em seus territórios, compreendendo o que pensa e sente sobre o papel da educação profissional nesse espaço.

Procedimentos de construção dos dados

Quanto aos procedimentos de construção¹⁰ de dados, utilizamos as deambulações. As deambulações ou passeios são potências de encontro que possibilitam experimentar o espaço através de memórias, de desejos e de discursos. Trata-se de um desvio das máquinas e instituições que capturam nosso devir. Desse modo, propomos deambulações com o sujeito participante da pesquisa para que pudéssemos atravessar espaços afetivos de sua experiência, bem como, inspirados na cartografia sentimental, mapeamos as zonas

¹⁰ Quando falamos em coleta, a ideia é de extrair o que já é posto. Entendemos que os dados não são postos, estruturalmente, no mundo, mas construídos. Por isso adotamos a concepção de construção de dados em detrimento de coleta de dados.

discursivas que sinalizam para a complexidade da participação na pesquisa (MORIN, 2007; ROLNIK, 2016; FOUCAULT, 2019; DELEUZE; GUATTARI, 1977).

É próprio das deambulações a experimentação de uma micropolítica do desvio. Nos desviamos das capturas de máquinas que tendem a nos dominar, docilizar e reduzir nossos modos de subjetivação (FOUCAULT, 2019; DELEUZE; GUATTARI, 1977). Pretendíamos com as deambulações entender que o desvio é experimento de um corpo que se afasta daquilo que fragiliza sua potência criativa, que se abre às conexões, que se desvia de modos de subjetivação que manipulam, disciplinam e formatam nosso agir, sentir e pensar. É preciso então, em uma pesquisa participante de abordagem pós-qualitativa, entender que a relação entre pesquisador e copesquisador – que é sujeito participante – se estabelece em outros vínculos que não de servilismo e de extração de dados. Nesse sentido, o espaço torna-se possibilidade de enunciação de signos significados que se desviam das máquinas e instituições punitivas.

Pensamos então, o que é ser um corpo negro no cárcere? Somente em deriva, em deambulação, em passeios por lugares afetivos de quem experimenta o mundo e o seu devir é que podemos comunicar com proximidade e intimidade proposições para esta questão. Do mesmo modo, o que pode a educação profissional na vida de uma pessoa privada de liberdade? Essas questões puderam ser melhor aprofundadas através das deambulações. As deambulações colocaram o sujeito em contato com suas memórias, com sua jornada, com a própria produção de um discurso que permite partilha de experiências. Nas deambulações não há hierarquia, mas continuidade, complementariedade.

Foram realizados cinco passeios, onde entrevistamos, de modo não estruturado, o copesquisador deste estudo. Assim, as entrevistas foram temáticas específicas, a saber: i) biografia do copesquisador; ii) processos de socialização e escolarização; iii) trabalho e sociedade; iv) racismo, resistência e enfrentamentos; v) educação e trabalho como projeto de vida e vi) sua vida hoje após a formação profissional.

As deambulações foram estruturadas por temáticas pois:

O diálogo não é uma situação na qual podemos fazer tudo o que queremos. Isto é, ele tem limites e contradições que condicionam o que podemos fazer [...] Para alcançar os objetivos de transformação, o diálogo implica em responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos. (FREIRE; SHOR, 1987, p. 127).

Desse modo, as rodas de conversa permitiram um rigor outro que produz um conhecimento outro. Como afirmam Macedo, Galeffi e Pimentel (2009), esse rigor outro é capaz de construir intencionalidades mobilizadas pelos atores sociais e que permitem aproximações e compreensões do outro e da realidade. O grupo passa a ser coeso e múltiplo, plural e singular ao mesmo tempo.

Os lugares de deambulações foram propostos, após o primeiro passeio, pelo copesquisador da pesquisa. Acreditamos que sendo o espaço um estruturante de nossas memórias, afetividades e subjetividades, a escolha deveria partir das experiências do copesquisador. Assim, após o primeiro encontro que foi realizado em uma cafeteria, os temas das entrevistas foram comunicados e foi solicitado ao copesquisador que fizesse a escolha, dentro do município, de quais espaços públicos seriam escolhidos para as próximas deambulações e entrevistas. Cada entrevista nas deambulações aconteceu em até 1 hora e foram gravadas em aparelho celular. Os lugares escolhidos para as deambulações seguintes foram uma praça pública próxima à escola onde o sujeito estudou; o entorno de um hospital em que o sujeito fez voluntariado como saxofonista, levando música a pacientes com doença renal; um teatro municipal que abrigou a escola de música onde o sujeito estudou; e, por fim, retornamos para a última entrevista na mesma cafeteria que deu lugar ao nosso primeiro encontro.

Diante do atual contexto pandêmico da COVID-19, cuidamos de seguir todas as recomendações sanitárias vigentes, como uso de máscaras, álcool 70°, distanciamento social e cumprimento de medidas restritivas.

Buscamos nas deambulações o corpo livre para expressar-se através de diversos modos, fazendo emergir suas sensibilidades e experiências. É um movimento contrário à dominação, à cooptação. A proposta aqui não é colonizar repetindo o que já acontece, mas é criar espaços para aquilombamento de territórios desviantes. Buscamos manifestar as falas do cárcere. A análise crítica do discurso nasceu a partir da necessidade de transpor obstáculos que limitam as pesquisas qualitativas, principalmente nas ciências sociais. Esses obstáculos advêm do modelo hegemônico da posição de poder do pesquisador. Nanã está nesse processo, fazendo dessa lama de discurso uma terra fértil para análise e construção de saberes e conhecimentos.

Análise dos dados

Para análise e sistematização do conhecimento, a própria análise crítica do discurso, que também será o método, permitiu o trabalho com a construção dos dados. Ela permite ao pesquisador ser um observador sagaz, crítico e politicamente posicionado, comprometido em um movimento de liberdade corporal, cartografar a intensidade das subjetividades, dos afetos de quem está no cárcere, sobre o que pensam sobre a educação profissional dentro da penitenciária. É uma espécie de bricolagem ou como diz Rolnik (2016, p. 78): “integração dos elementos vindos dos horizontes múltiplos”. Buscaremos nessa pesquisa aquilombar o cárcere, aquilombar no sentido do ocupar esse espaço, produzir saberes advindos dele e dos corpos que lá estão temporariamente.

Local de pesquisa

Enquanto *lôcus* da pesquisa, o município de Arcoverde-PE foi escolhido por estar inserido no portal do sertão pernambucano. Acreditamos que o sertão não é escasso apenas de água, mas também de pesquisas locais. Sendo meu¹¹ lugar, não poderia contribuir de outro modo, enquanto pesquisador, se não houvesse esse critério afetivo.

Dentro do município está o Presídio Advogado Brito Alves. Nele foi realizado o projeto de extensão Abre Caminho, dispositivo que nos levou a pensar este projeto de pesquisa. Durante a experiência do referido projeto no presídio, fomos atravessados por diversos discursos que disputavam legitimidade sobre a educação profissional no sistema prisional. Esses discursos são negligenciados ou mesmo silenciados pela sociedade, enquanto estruturante de discursos. O discurso do apenado é criminoso, inferior e punitivo. Como nos mostra Foucault (2019, p. 22)

A alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como um elemento na atribuição jurídica das responsabilidades; se ela é invocada com tanta ênfase, com tanto cuidado de compreensão e tão grande aplicação “científica”, é para julgá-la, ao mesmo tempo que o crime, e fazê-la participar da punição.

Nesse sentido, fomos atravessados por discursos que reivindicam serem legitimados, valorizados e escutados. Esses discursos foram acolhidos e transformados

¹¹ Ouso aparecer, neste momento, em primeira pessoa por utilizar um critério afetivo e pessoal.

no presente projeto de pesquisa, de modo que não poderíamos deixar de ter como local de pesquisa a cidade de Arcoverde-PE.

Sujeito participante da pesquisa

O atual contexto da pandemia do COVID-19 trouxe consequências urgentes para a pesquisa de campo, especialmente dentro do contexto prisional. Inicialmente foi pensado que os sujeitos participantes da pesquisa seriam os diversos atores que constituem o sistema prisional: a pessoa privada de liberdade, os profissionais de segurança e de saúde que operam nas instituições prisionais. Contudo, na impossibilidade de a pesquisa adentrar as unidades prisionais, optamos por dialogar com a experiência de uma pessoa preta que vivenciou e experimentou o sistema prisional e, também, a experiência formativa profissional do projeto Abre Caminho.

Assim, como critério de inclusão do sujeito participante tivemos: a) um ator social que tem experiência social e epistêmica sobre o sistema prisional, ou seja, que tenha experienciado o sistema prisional na condição de PPL; b) que tenha experienciado o projeto Abre Caminho na condição de estudante; c) maior de 18 anos e emancipado; d) egresso do sistema prisional. Desse modo, mantém relação de intimidade com nossos pressupostos ontológicos e nossa defesa da formação profissional implicada com a hominização das PPL. Este sujeito participou de entrevistas e fez deambulações (passeios) com a finalidade de atravessar espaços afetivos de sua experiência, bem como, inspirados na cartografia sentimental, mapear as zonas discursivas que sinalizam para a complexidade da participação na pesquisa.

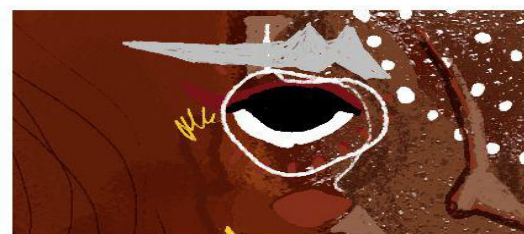
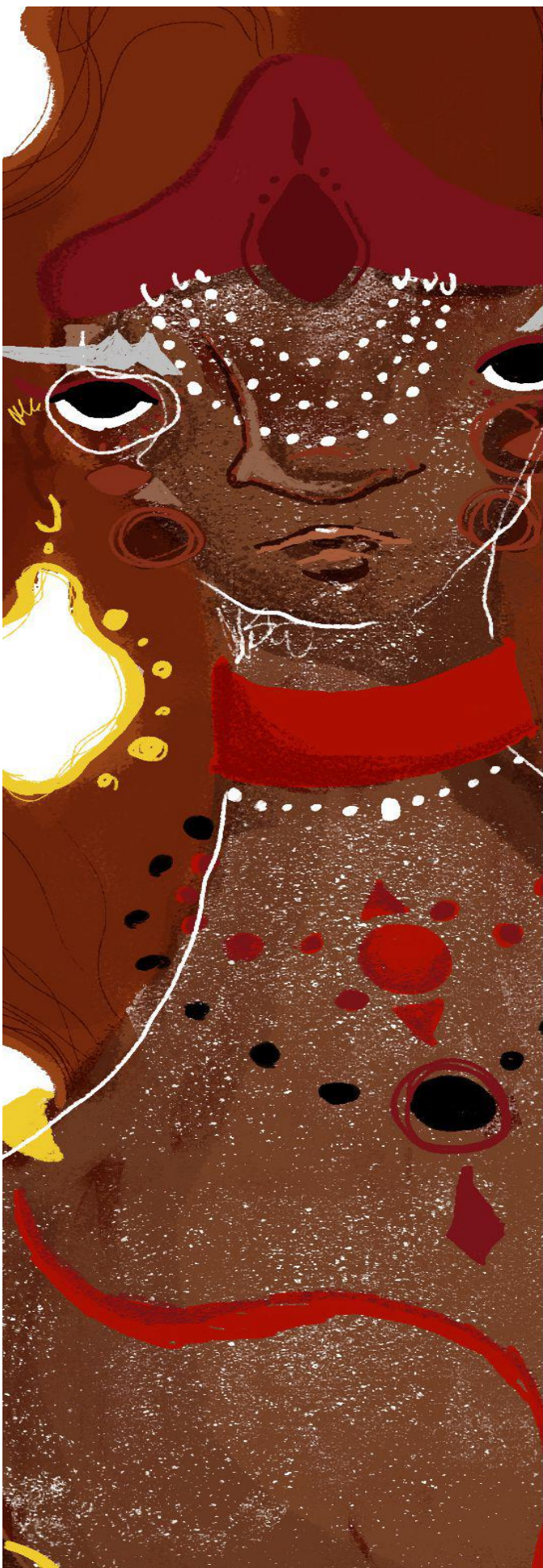
Acreditamos que essa derivação que aconteceu na pesquisa mais que redução ou limitação, foi uma oportunidade para problematizar a pesquisa pós-qualitativa, que nos permitiu rupturas e fissuras nos modos operantes e hegemônicos da pesquisa qualitativa. Ainda mais, a participação desse sujeito na pesquisa é coerente com a experiência social da formação profissional de PPL através do projeto de extensão Abre Caminho. As deambulações em espaços afetivos com o sujeito participante desta pesquisa envolvem a relação com uma pesquisa implicada politicamente.

Aspectos éticos da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida sob a luz da Resolução nº 196/1996, compreendendo seus sistemas de avaliação e da Resolução CNS nº 466/2012, preservando a autonomia do sujeito em suas dimensões biospsicossocialcultural e espiritual. Entendemos o sujeito participante desta pesquisa como copesquisador, bem como um sujeito dotado de livre vontade e liberdade. Assim, para condução ética da pesquisa, submetemos a mesma à Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal Sertão Pernambucano. Tendo o sujeito participante da pesquisa desejado identificar-se como parte de seu processo de reparação com sua própria história e não sendo tutelado sob qualquer instituição, o mesmo não necessitará de assinar Carta de Anuência, bem como Autorização de Uso de Dados.

Quanto ao armazenamento dos dados, o pesquisador se comprometeu, nos Termos apresentados ao sujeito participante, a guardar em sigilo e segurança as entrevistas e os registros do mesmo por um período mínimo de cinco anos, a contar da assinatura dos Termos. Também se comprometeu o pesquisador a manter sigilo e anonimato. Contudo, foi expressa a vontade do sujeito participante para que utilizássemos neste estudo seu nome real. Entende o sujeito participante que isso seria valorizar sua história, sua jornada e sua luta, por isso sua escolha por apresentar seu nome e sobrenome reais.

Em relação aos benefícios diretos ao sujeito participante, entendemos que não houve benefício direto, contudo, acreditamos que os benefícios indiretos se dão na participação e na construção de um conhecimento outro sobre a educação profissional no sistema prisional. Tratando-se de pesquisa com único participante, optamos pelo sigilo e preservação da identidade do sujeito participante. Contudo, é seu expresso desejo ser identificado como forma de reparação social e histórica de sua própria trajetória no sistema prisional. A pesquisa visou o mínimo de riscos possíveis. Nas entrevistas, por se tratar de demandas pessoais e subjetivas, houve o risco do sujeito sentir raiva, sentir tristeza ou qualquer outro sentimento que lhe cause algum mal-estar psicológico. Nesses casos, haveria o acolhimento e escuta numa dimensão humanística e de suporte emocional por parte do pesquisador, que tem formação em psicanálise, bem como, após episódios de mal-estar o sujeito seria encaminhado imediatamente a serviço municipal de psicologia.



resultados

$E S_{pE_r} a d O_s$

forte, guerreira
vermelho
trovões e raios



RESULTADOS: ABARÁ DE IANSÃ

Abará é a comida preferida de Iansã, senhora dos raios. Iansã é guerreira e deseja por resultados, lança seus raios e magia para ajudar seus filhos na coragem de cortar os ventos, de serem fortes. Ela possui o poder de abrir a porta entre o mundo dos mortos e dos homens. Aqui queremos abrir portas de diálogo já que estamos num mar de corpos negros, corpos esses que já se foram e os outros que ainda estão. Queremos cortar os ventos e buscar resultados que não esqueça os que vieram antes de nós e já morreram, mas que está em nós.

Os resultados são aqui a categorização dos dados construídos. Nossa intenção nessa construção, por se tratar de uma pesquisa pós-qualitativa, é ser atravessado pelas experiências e pelas afetações que surgiram nas deambulações. Achamos desse modo, coerentes com nosso compromisso estético, político e epistêmico, teorizar a partir dos discursos do sujeito participante da pesquisa. Acreditamos que ele, ao experienciar o sistema prisional e a educação profissional no mesmo sistema, carregou consigo reservas de vida para que possamos pensar nosso fenômeno de investigação.

Assim, a partir dos resultados, construímos uma minuta de lei estadual como proposta de itinerário formativo multidisciplinar para Educação Profissional no Sistema Prisional no Estado de Pernambuco, que será entregue na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Os resultados também serviram de base para a construção de um produto que se torne, na medida do possível, ato vivo representado a partir de um manifesto estético epistemológico sobre educação profissional no sistema prisional em formato de lambe-lambe.

Educação para quê? Educação para quem? A educação profissional no sistema prisional

A educação profissional é um complexo relacional entre a educação e os processos de trabalho que pretende a formação e desenvolvimento de um determinado tipo de sujeito com vistas a uma demanda econômica e cultural. A relação entre capital e trabalho é um dos eixos dessa educação profissional e que acaba dialogando com a educação básica, já que, segundo Mészáros (2008, p. 45), “[...] uma das funções principais da educação

formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados”. O sistema educacional tem assim, uma função de legitimar toda arquitetura pedagógica e institucional para assegurar o que entendemos por educação, bem como deve produzir uma base de conhecimentos e valores que estejam a serviço do capital. Essa perspectiva é voltada para uma educação que serve ao capital. Portanto, ela estabelece hierarquias, consensos, formas de poder e de ser que produzem e reproduzem o sistema do capital. Dizemos que essa educação é, em seu próprio fim, reprodutora.

A experiência de Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021) nos mostra fissuras nesse monumento moderno que é a educação para o capital: “a educação é mostrar, no meio onde estamos, formas de transformar a gente e o mundo”. Nesse mesmo sentido, Mészáros (2008) nos apresenta uma educação que se relaciona com o trabalho como uma possibilidade de superar ou pelo menos fissurar o sistema do capital, organizador e produtor das desigualdades sociais. Haveríamos de pensar não reformas educacionais, mas contrarreformas que pudessem dar a ver princípios e valores daqueles que são subalternizados porque são vistos como uma classe única e dominada, como corpos animalescos e que por isso devem ser domados e colocados como máquinas vivas no capitalismo. Pensar a educação desde a transformação é perceber que a nossa realidade está, ontologicamente, embasada nos valores humanistas eurocêntricos de uma experiência particular de economia: o capitalismo.

González (1988) nos convida a criarmos categorias que sejam próprias de nossa realidade colonial, que possam valorizar nossos conhecimentos e nossas existências. Pensamos ser coerente com essa proposta a leitura de uma educação profissional, dentro dos presídios, que esteja, integralmente, a serviço da humanização mais ampla e que não esteja a serviço do capital. As existências, experiências e corpos que estão nos presídios deveriam ser compreendidas quando na oferta da educação, especialmente na educação profissional. Para Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021): “Na prisão deveríamos ter uma educação capaz não somente de nos instruir, mas de profissionalizar e humanizar”. Essa educação que se atrela à profissionalização e à humanização é uma proposta integral de perceber os sujeitos para além do capital e para além da conscientização obediente, que quer produzir o tipo de homem autômato. Na sua experiência de educação profissional dentro do presídio, Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021) relata: “Eu

fiz vários cursos dentro do presídio. O que mais me marcou foi de cuidador de idosos porque me senti importante reconhecendo-me como um sujeito transformado e transformador”. Essa consciência mais ampla sobre si e sobre o mundo é uma atitude provocada por um tipo de educação que condiz com a experiência de sujeitos subalternizados que são esquecidos intencionalmente na modernidade.

Então, para ser coerente com nossa luta epistemológica, devemos não perder de vista a contextualização da educação profissional quando ofertada dentro do sistema prisional. A pessoa privada de liberdade é um sujeito, na lógica neoliberal e capitalista, um corpo barato, uma mão de obra em abundância. Quando não, essa mesma pessoa nem é vista como pessoa. Essa sensação também foi experienciada por Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021): “Se as pessoas ditas de bem pudessem, estouravam uma bomba nos presídios. Lá, somos apenas um número”. Essa arquitetura de docilização compreende a despersonalização da pessoa. Vale lembrar que a própria noção de pessoa, de ser humano e de gente é uma construção social e cultural, como nos lembra Rose (2001).

Isso é importante para pensarmos a educação profissional, pois vejam, qual seria o sujeito dessa educação no sistema prisional? Para não cairmos nas armadilhas coloniais de hierarquizar pessoas, existências e experiências, é preciso estar consciente de onde falamos. Assim, falar de educação profissional no sistema prisional é questionar, primeiramente: educar para quê? Educar para quem? Se na sociedade vigilante foucaultiana temos pedagogias de docilização para colocar na norma estabelecida os corpos desviantes, na sociedade mecânica e neoliberal temos pedagogias de despersonalização do humano. São essas pedagogias que irão modelar sistemas e agenciamentos dos sujeitos. Nesse sentido, não podemos perder de vista a experiência de Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021) sobre estar no sistema prisional e sentir-se um alvo de uma sociedade que a todo instante quer apenas aniquilar os corpos considerados subumanos. Quando muito, esses corpos são apenas números que alimentam estatísticas ou que esperam longamente os processos de ressocialização e que na verdade não estão a este serviço, até porque “a maioria das pessoas que estão no cárcere são negras. Tem algo aí que precisamos discutir. Será se nascemos apenas para ser alvo?” (ANDERSON LIMA, entrevista em 18/08/2021).

Rose (2001) evidencia a supremacia do ser humano sobre a história da humanidade, como se ele fosse elemento central na história e na cultura. Para o sociólogo, o ser humano nada mais é que um artefato histórico e cultural dos acontecimentos. Não podemos naturalizar formas de ser humano quando elas são, na verdade, construídas arbitrariamente. Mauss (2003) mostra essa evolução de como fomos nos entendendo pessoas. Passando da noção de personagem nas sociedades menos ocidentais e chegando a noção de Eu nas sociedades modernas, essa forma de humano como entendemos hoje é mais uma fabricação do que algo dado e determinado. Assim, não podemos despersonalizar as pessoas privadas de liberdade sob o argumento da barbárie, da impossibilidade de convivência social e da inutilidade neoliberal.

Entender esse sujeito como ser humano faz parte do processo da educação profissional, visto que essa classificação e matriciamento da pessoa privada de liberdade em um algo menor que um ser humano possui um impacto direto na concepção de educação profissional no sistema prisional. Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021) diz: “Eu ficaria muito feliz se o sistema prisional desse oportunidades ao preso para ele fazer seu percurso profissionalizante”. Parece que a ausência de uma organização de uma educação profissional no sistema prisional é algo intencional, já que quem está ali como um sujeito a ser corrigido não é visto como gente, como ser humano, como pessoa. Temos a educação básica sendo ofertada no sistema prisional que é de grande importância para aqueles que não puderam, em tempo próprio, concluir a escolarização. Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021) é um desses sujeitos que conseguiu concluir sua escolarização básica no sistema prisional: “Estudei muito tempo na Escola Polivalente, porém não acabei meu segundo grau. Fui acabar meu segundo grau dentro do presídio”.

Essa mesma escola possível dentro do sistema prisional pode ser um caminho possível para problematizarmos a ressocialização. Falamos inicialmente neste estudo sobre a crise e falência do sistema penitenciário brasileiro, sob o argumento de que o aumento da criminalidade, da violência e da superpopulação nos presídios é um fato diário, cotidiano (DANTAS, 2018). Então, a ressocialização é uma categoria entendida, na maioria das vezes, pelo viés penal. É preciso discutir essa categoria dentro do campo da educação e, particularmente, na educação profissional. Entendemos primeiramente que a segurança pública é um campo jurídico, mas é merece também um viés social. Não podemos negar que a desigualdade social, como mostra Dantas (2018) gera miséria,

desemprego e violência. E os corpos que mais padecem da desigualdade social em uma sociedade racista são os corpos negros. Pensar a ressocialização na perspectiva da educação profissional é se localizar a pavor desse entendimento: o presídio é um lugar onde higienizamos a sociedade. E se lá estão em sua maioria os corpos negros, é preciso ir à raiz do problema, pois basta ver que todo o sistema penitenciário organizado em torno da ideia de ressocialização não tem diminuído as desigualdades sociais ou mesmo a violência e criminalidade.

Thompson (1995) mostra que a adaptação à prisão não é o mesmo que adaptar-se à vida livre. Parece que há uma relação desproporcional onde a adaptação à prisão é uma desadaptação à vida social e em liberdade. Foucault (1978) considera que essa relação desproporcional nasce na própria prisão, onde as pedagogias de correção estão presentes em todo ritual de vivência nos presídios. Logo, os sujeitos que passam por essas pedagogias acostumam-se na lógica de treinamento à prisão e não à vida em liberdade. Ressocialização, nesse caso, tem mais ligação com a correção de desvios sociais do que com a proposta de educação. Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021) nos conta sobre essas pedagogias de correção e como elas operam na disciplinarização do sujeito: “Tenho uma perspectiva de positividade na minha cabeça, até porque o tempo que passei encarcerado me fez entender que certas coisas não levam a nada. Quero levar minha vida de um modo mais seguro”. A tese que fundamenta a ressocialização passa a ser o medo. O medo daquele que é considerado inimigo social porque é produzido como um subumano. E para ele nada além de degradação de sua humanidade. Assim, a prisão vem a ser um depósito de desajustados socialmente que precisam de processos pedagógicos de reabilitação social. Rose (2001) nos ajuda a entender que a prisão foi organizada molecularmente no tempo e no espaço para produzir um sujeito psicológico marcado pela patologia social de ser quem é. No seu corpo está uma forma que foi forjada nas pedagogias de disciplinarização para que seu comportamento seja manifesto conforme o controle e a disciplina, interrompendo qualquer possibilidade de vir a ser um sujeito considerado humano e dotado de direitos.

Talvez a educação profissional pudesse contribuir para enfraquecer essa tese. De um lugar próprio do descarte e depósito de desviantes sociais, teríamos um lugar para restituir direitos que foram negados, como o direito à educação, por exemplo. Nessa abordagem, a educação profissional teria outro sujeito a educar e formar que não aquele

desviante, que não aquele corpo inútil para o neoliberalismo ou o corpo que precisa ser higienizado e banido da sociedade racista. A experiência de transformação e de restauração social é própria de uma educação transformadora. Não uma educação que seja uma salvadora de todos os problemas sociais, mas uma educação que compreende desde os direitos violados e negados pelo próprio Estado. Educação profissional no sentido transformador é uma reparação histórica para com aqueles que são alvos de uma sociedade doente e racista. Anderson Lima (entrevista em 18/08/2021) deixa escapar em suas palavras essa experiência de transformação provocada pela educação: “Tenho um filho e quero que ele saiba que o pai dele foi um cara que errou, mas que teve tempo para se consertar e aproveitou isso lá dentro da prisão”.

Dantas (2018, p. 35) afirma que:

O sistema prisional do país tem oferecido condições mínimas de ressocialização e a consequência deste fato é que após o cumprimento da pena, os ex-presidiários que são marginalizados e discriminados pela sociedade que não lhes oferece qualquer oportunidade de reingresso, voltam a delinquir, tornando-se mais marginalizado e agressivo e, conseqüentemente, mais apto a ser anomalia social.

A prisão vem sendo trazida por nós nesta pesquisa como um navio tumbeiro que se atualiza a cada tempo que passa. No intuito de ressocializar, o Estado pratica e disciplina formas pedagógicas de excluir as pessoas privadas de liberdade do mundo social. Entre a prisão e o social há um grande abismo que já fora rompido antes das práticas criminosas daqueles que estão no sistema penitenciário. Isso porque direitos já foram violados e a desigualdade social contribuiu para a produção de sujeitos alvos desse grande navio tumbeiro. Como nos mostra Anderson Lima (entrevista em 26/08/2021): “Eu tive que sentir dor. O sistema prisional é feito para a gente sentir dor”. Esse é o modo de disciplinar e de corrigir os corpos desviantes do que a norma estabelece como natural. Ao invés de operar a educação profissional como um meio de ressocializar – no sentido não punitivo do termo, mas de transformação e implicado socialmente –, a prisão revela-se como uma “universidade do crime” (DANTAS, 2018, p. 36).

Esse navio tumbeiro que é invocado para denunciar o racismo institucional no Brasil (ALMEIDA, 2018). Por racismo estrutural, entendemos, conforme o advogado e filósofo, a concepção estrutural e arquetônica que fundamenta nossa ordem social pautada na raça e no racismo. Em outras palavras, é a nossa herança colonial de estruturas racistas que organizam nossa sociedade e normatiza padrões e regras de verdade que são baseadas em discriminação de raça. No sistema prisional isso é completamente

pedagogizado nas práticas cotidianas, que são construídas para causar dor, medo e despersonalização: “a prisão tira o medo da pessoa porque ali você não pode baixar a cabeça para ninguém” (ANDERSON LIMA, entrevista em 26/08/2021). Ao mesmo tempo, os corpos resistem muscularmente. Sim, como Fanon (1968) nos mostrou, de tanta opressão, eles começam a criar modos de resistir às ordens coloniais. A alternativa para Anderson Lima (entrevista em 26/08/2021) foi pela educação: “Todos acabam se cuidando para não ser devorado pelo sistema [...] Lá senti a necessidade de irmos nos educando: preso educando e reeducando preso. Foi isso que fiz quando comecei a ensinar música lá dentro. Fiz festivais para que todos se sentissem importantes. Nos educamos coletivamente”.

O cuidado de si e do outro pela educação é uma forma desses enfrentamentos. Essa potência molecular é uma prática de ressocialização que inaugura um sujeito comprometido com o social e com o coletivo. A transformação então, começa quando o humano é provocado e expandir suas potencialidades. Como pensar a transformação do humano se não for pela educação? Dentro do sistema prisional, isso parece ser ainda mais uma necessidade. Que educação pensar dentro do sistema prisional? Para Dantas (2018), as prisões têm facilitado a aprendizagem criminal dadas as particularidades e os problemas de superpopulação. A própria pessoa privada de liberdade, para o autor, vem a ser refém do sistema prisional. Em Foucault (2019) entendemos que a pessoa privada de liberdade se revolta contra o sistema judiciário porque ele padece e sofre das injustiças do próprio sistema que deveria prezar pela justiça de todos. Ao ter seus direitos fundamentais violados, a pessoa nos presídios passa a ter que sobreviver; o que lhe resta é o mundo do crime que lhe acolhe. Reincidir então, se torna um fato, quase uma regra. Segundo Dantas (2018), a reincidência comprova que a privação da liberdade tem falhado no sentido de ressocializar.

Nesse tempo e espaço prisional, o sujeito despersonalizado de sua dignidade humana encontra a educação profissional como uma heterotopia. Conforme Foucault (2015), a heterotopia age como um espelho que projeta uma ilusão de si mesmo. Um sujeito conseguiria projetar duas realidades em um mesmo espaço de tempo porque ele refletiria e vislumbraria uma manifestação imaginária de si mesmo. É uma experimentação de si, do tempo e do tempo; um processo que indaga o sujeito e lhe permite possibilidades para compreensão do social e de suas contradições. Se a ausência

de uma organização e sistematização da educação profissional no sistema prisional não é ainda uma realidade concreta, a escola e a educação básica que estão no sistema prisional representaria essa possibilidade de repensar a ressocialização. A escola como uma utopia no espaço prisional evoca uma experimentação de si:

Na escola, no sistema prisional, a maioria vai para tirar um sentimento de cadeia. Ali, estar na escola, você foge um pouco daquela realidade. As professoras são alienígenas porque na cadeia tudo é diferente do que é aqui fora. Então, quando chega alguém diferente, a gente via como um ser totalmente diferente, que nos faz repensar o mundo. Inclusive foi ali, naquela escola, que eu relembrei de meu sonho. Eu sempre tive esse sonho de acabar o segundo grau porque eu quero ser professor de história (ANDERSON LIMA, entrevista em 26/08/2021).

A educação profissional no sistema prisional constituiria uma experimentação de negar os marcadores coloniais que são colocados na pessoa privada de liberdade, como a raça e a classe social, pois permitiria uma formação para além dos grilhões disciplinares. A relação com a educação é uma possibilidade de romper com as opressões e as pedagogias de controle e de despersonalização: “Eu tive algumas professoras na escola do presídio. O que mais me doía era quando elas iam embora ou quando era na sexta que elas só veriam a gente na segunda. Com as professoras, tínhamos contato com a realidade social do mundo externo (ANDERSON LIMA, entrevista em 26/08/2021). Assim, falar de ressocialização, para Dantas (2018), é o mesmo que problematizar a relação educação e trabalho, pois são instrumentos de mudança da realidade. Para o autor:

Nesse cenário, a promoção à educação e ao trabalho assim como prever a LEP, são instrumentos imprescindíveis na mudança desta realidade. Quando de seu egresso, os ex-apanados vem a sofrerem preconceito pela sociedade, que não se encontra preparada e nem disposta a oferecer trabalho para esta parte da população, portanto a maneira mais ordinária de sobrevivência são os trabalhos informais, que muitas vezes não lhes dão as mínimas condições de sustento próprio e de sua família (DANTAS, 2018, p. 39).

Isso é evidente nas palavras de Anderson Lima (entrevista em 26/08/2021):

O que permite que a gente se veja de outro modo na cadeia, diferente de como pintam a gente na sociedade, é justamente o trabalho e a educação. Por exemplo, o Abre Caminho, tirou de mim coisas que eu não sabia que tinha. O curso de cuidador de idoso abriu minha mente de modo fantástico. Eu me senti assim: cara, quando eu sair daqui eu posso cuidar de alguém.

Além disso, pela educação profissional estabelecemos um vínculo de construção social e fabricação da humanidade daqueles que são entendidos como corpos descartáveis. Esse vínculo foi sentido por Anderson Lima (entrevista em 26/08/2021): “O

respeito do preso pelos professores é grande porque é um negócio sagrado. Os professores tinham um olhar humanizado sobre a gente. Eles nunca se acharam melhor ou pior que nós. Os professores despertaram sonhos na gente dentro da cadeia”. Isso vínculo é uma atitude de transformação que acaba sendo capilarizada, molecularmente resistente aos processos de desumanização que são ensinados na prisão. Para Anderson Lima (entrevista em 26/08/2021): “Mas tem um regime de hierarquias. Algumas pessoas são punidas pelos crimes que cometeram. Quem pune lá dentro são os próprios presos. Minha humanização não permitia que eu participasse desses atos de punição”.

A partir dessas considerações, questionamos: educação profissional no presídio, é possível?

Formação profissional, educação profissional e a experiência de estar no cárcere

Quando falamos em formação profissional, estamos desterritorializando nosso discurso de um campo sempre atrelado à identidade profissional. A formação profissional que estamos problematizando vai desde uma concepção mais ampla dos processos de humanização, hominização e de transformação social. Se em Hannah Arendt (2016) conseguimos entender que a condição humana se relaciona na tríade labor, trabalho e ação, precisamos entender que essa triangulação possibilita a reflexão sobre os modos coloniais pelos quais estamos fixando experiências e existências.

Acerca disso, Anderson Lima (entrevista em 24/07/2021) sinaliza: “Minha formação musical começou por meio da Filarmônica. Com 15 anos toquei em minha banda. Foi aí que comecei a conhecer o mundo”. É possível perceber que o conhecimento de mundo à formação profissional. A formação profissional é um momento da existência social do sujeito onde se ampliam os horizontes e as possibilidades de existência, assim como os modos como se forja sua subjetividade.

Em outros termos, a formação profissional deve ser pensada e tensionada desde os processos de consciência do sujeito sobre si e sobre o mundo. Quando desterritorializamos a formação profissional dessa forma, o trabalho ganha um sentido muito mais que de instrumentalização e que uma captura de nossas subjetividades. O trabalho, como indica Arendt (2016), vem a ser um complexo de experiências da condição humana como algo construído culturalmente e não algo apriorístico. Especialmente na

modernidade e no seu projeto de colonialidade (DUSSEL, 1993), temos o trabalho como algo edificante que nos tira da condição de miséria humana e de servilidade bestial.

É aqui que interessa problematizar o trabalho e, por consequência, a formação profissional. Na modernidade, o trabalho tende a criar tecnologias que formam consciências que dividem o mundo entre o homem civilizado e o homem primitivo. Enquanto o primeiro é quem classifica a realidade, as formas de conhecer e os modos de se tornar humano e sujeito, o segundo é um condenado que deve buscar a todo modo a superação de sua miserabilidade, condenação e subalternização. Anderson Lima (entrevista em 24/07/2021) nos diz: “eu, sempre no decorrer do crescimento de minha carreira, eu sempre tentei buscar conhecimentos, lendo sempre para que você se adapte ao ambiente, ao lugar onde você está, para não passar vergonha. Essa é a palavra: vergonha”. O sentimento de vergonha internalizado é parte dessa lógica onde quem é civilizado trabalha na organização e na ordem do mundo, enquanto quem trabalha na condição de primitivo é apenas mão de obra barato.

Elza Soares já cantava (1990): “a carne mais barata do mercado é a carne negra”. Essa carne, esse corpo, essa existência, essa vida humana precarizada, empobrecida, objetificada, escravizada, dominada é processada na modernidade como um algo desprovido de desejo, de potência; dela é retirada toda dignidade dita humana. Um carne que deve ser enlatada pelo brutalismo colonial (MBEMBE, 2020), que a todo momento precisa provar sua capacidade de humanidade, de racionalidade, de dignidade. A exemplo do que é visto no citado anteriormente de Anderson Lima.

Esse corpo negro é constantemente testado, interpelado, questionado: “Quando sai da prisão, eu tinha a necessidade de ficar me explicando. Hoje não entendo mais assim. O fato de eu existir é o próprio argumento de minha experiência” (ANDERSON LIMA, entrevista em 09/08/2021). É ele o alvo dos processos de civilização que a educação a todo custo tenta adestrar. Isso se reflete na formação profissional empobrecida nos aspectos de instrumentalização, de tecnização, de mecanização. Falar de uma formação profissional justa, social e cognitivamente, requer de nós uma postura e uma atitude de decolonizar o que entendemos como formação. Se o trabalho é processo que modela as sociedades, as culturas e a própria existência humana, como podemos reparar e restituir vida plena e em abundância para os corpos brutalizados pela modernidade?

Mbembe (2020) denuncia nossa aventura humana na Terra. As ambições coloniais de que o trabalho pudesse fabricar um mundo incalculavelmente grandioso e maravilhosamente civilizado nos tornou máquinas. Mas quem são as máquinas nesse sistema são os corpos animalizados. Preciado (2018) afirma com grande força que as primeiras máquinas da Revolução Industrial na Europa Iluminista foram as pessoas escravizadas, as mulheres e os animais. Até pouco tempo, a arquitetura colonial presente na educação, na história e na ciência moderna dizia-nos a impossibilidade de escapar dessa lógica, dessa engrenagem. Esqueceram de Exu, que tudo devora, que tudo canibaliza, que tudo transforma.

É assim que os corpos têm se levantado: canibalizando as estruturas de opressão na tentativa de fissurar a colonialidade do ser, do saber e do poder, que sustentam nossos processos educativos, formativos e civilizatórios. Ao cartografar as opressões e as regiões em que o poder colonial coopta nossas existências e experiências, podemos produzir invenções outras que consideram nossa dignidade e nossa humanidade (QUIJANO, 2005; VIVEIROS DE CASTRO, 2015). É uma atitude antropológica simétrica onde rompemos com a maquinificação do humano que é visto como subumano.

Isso nos levar a pensar que a educação profissional é um dos territórios culturais onde disputamos os modos de insurgência e de liberdade no mundo. Trata-se de ocupar essa educação profissional, desfeticizá-la da missão civilizatória e colocá-la em serviço, à serviço e em movimento. Em serviço de um mundo menos injusto e desigual; à serviço das experiências desperdiçadas na modernidade; e em movimento da construção político-cultural de uma sociedade que não seja centrada em uma lógica de oprimido e opressor, de quem manda e quem obedece, de quem pensa e de quem executa.

Quando Anderson Lima (entrevista em 09/08/2021) afirma: “A escola deve abrir o nosso mundo a outros mundos. Isso eu encontrei na música”, entendemos que a escola, *lócus* da educação e da formação humana, está falhando no seu projeto de sociedade. A quem serve a escola? A quem serve a educação profissional? O humano, para Mbembe (2020), na performatividade do trabalho na modernidade, é confundido com a máquina, com o objeto, com a coisa. É a encarnação do homem na máquina. Esse sujeito mecanizado é o mesmo sujeito da educação profissional. É o mesmo sujeito limitado pela escola que serve a uma ordem colonial. Quando a escola não se abre para as vidas precarizadas e suas necessidade de desenvolvimento, ela se torna sem vida, sem potência.

É nesse sentido que Anderson Lima (entrevista em 09/08/2021) continua: “Precisamos ter conhecimento cultural [...] A escola me ensinou a fazer da música minha escola”. A educação profissional se torna significativa para os subalternizados quando produz medição de mundo, quando possibilita a relação do sujeito com suas potencialidades. Se recebemos o trabalho forçado como herança maldita da colonialidade, o trabalho agora precisa ser um dispositivo de superação dessa marca. E isso só pode ser possível com leituras a partir de nossa realidade cultural, de nossos marcadores e de nossas ontologias.

Trabalho e educação profissional: por uma relação da atuação da consciência não-obediente

Hobsbawm (1995) mostra que na década de 1920 tivemos um acontecimento histórico importante na consolidação do que entendemos ser a contemporaneidade e suas relações sociais: a produção em massa proposta por Henry Ford, nos Estados Unidos. Evidentemente que esse modelo de produção é descentrado do campo automobilístico para as áreas sociais. O modelo fordista consolida a era de ouro do capitalismo, segundo o historiador, mesmo que essa era não tenha sido partilhada por todos os países do globo.

O acúmulo de riquezas como um dos princípios capitalista gera exclusão. Pensando na educação, vemos que o Estado capitalista, como imagem da força econômica, política e cultural do ocidente moderno, tem interesse na crescente nessa acumulação de riquezas. A desigualdade social é atenuada por esse princípio. Assim, temos um tipo de Estado em que colabora em diversos aspectos para a exploração de muitos. Anderson Lima (entrevista em 24/07/2021) diz, a partir de sua experiência de escolarização, que “para o sistema é interessante que tenham pessoas analfabetas. É interessante que tenham pessoas que não tenham conhecimento”.

A desigualdade social como uma produção, uma invenção social e cultural de nossos modelos econômicos (CASTRO, 1951) nos leva a questionar a própria educação. Não falamos, por hora, de seus paradigmas, mas da educação como processo formativo, seja em âmbito formal, não-formal ou informal. Pela educação, “a maior arma é o conhecimento” (ANDERSON LIMA, entrevista 10/08/2021) porque há uma conscientização de nossa realidade e de como ela é estruturada para servir a interesses e

objetivos de certas classes econômicas. A educação cooptada pela elite econômica pretende ser uma educação democrática, universal, mas ela acaba servindo ao capital.

Quando Anderson Lima (entrevista em 10/08/2021) problematiza “a educação no Brasil é para todos, mas é mal-feita”, ele nos leva a reconhecer que nossa história da educação ainda é uma história única, contada a partir da elite econômica que nos quer obedientes, dóceis, controlados e mão-de-obra barata. Parafraseando Espinoza (2009), podemos questionar: o que pode a educação?

Ora, foi justamente o desenvolvimento do capitalismo e o modelo fordista que fomentaram o consumo em massa e que produziram um novo sistema social de reprodução do trabalho norteado pelo disciplinamento dos corpos e das existências (HARVEY, 1993). Instaure-se uma racionalidade do tipo técnica, instrumental e obediente. Gramsci (2001) fala, nesse sentido, de um novo tipo de homem. Pautado na disciplina, no controle, no trabalho separado entre concepção, execução e controle, a educação desse novo tipo de homem é centrada na formatação de uma consciência de execução, de treinamento, de obediência e disciplinamento, sem espaços para o pleno desenvolvimento da integralidade humana.

Resulta dessa educação a experiência de estratificação do social em classes: as classes operantes e as classes pensantes. Enquanto as primeiras são mais numerosas e têm como função a produção das coisas do mundo, as segundas são aquelas que definem, classificam e conduzem as arquiteturas sociais, políticas e culturais que controlam as classes operantes. Contextualizando essa experiência para a educação profissional, temos uma educação profissional que privilegia o tipo de homem trabalhador, ora empreendedor ora empresarial, que consegue, por si só, pela lógica da meritocracia, superar as desigualdades sociais, como se isso fosse possível por processos de disciplina e treino.

Mais ainda, essa educação profissional é centrada na aprendizagem do fazer. A depender da ocupação preterida, o treinamento passa a ser a base ontológica, axiológica e metodológica dessa educação profissional que tem como meta uma conscientização obediente e capaz de fazer e executar aquilo que lhe é requerido. É a automação da educação profissional. Kuenzer (2009, p. 31) nos diz que essa educação é “[...] alguma escolaridade, treinamento para a ocupação e muita experiência, de cuja combinação resultava destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem

definidas, de reduzida complexidade, e estáveis”. A formação desse homem reflete uma educação vazia de sentidos.

Anderson Lima (entrevista em 10/08/2021) afirma: “a educação não é só um quadro e um professor. A formação profissional no Brasil não é das melhores. Não se tem noção do que querem com a educação”. Parece mesmo que a arquitetura da formação na educação profissional está aquém do que poderia ser na concepção das classes oprimidas. Para além do treinamento meramente formal, a educação profissional poderia problematizar o trabalho e a própria educação como elementos para se instaurar uma racionalidade mais ampla, possível de desalojar as consciências disciplinadas e trazê-las para o processo de construção de mundo.

Uma educação profissional assim, considera uma lógica circular e não hierárquica. Pessoas se educam, se reeducam, se constroem. Nas palavras de Anderson Lima (entrevista em 10/08/2021): “Eu fui porta-voz lá dentro dessa questão da profissionalização. Comecei incentivando os presos a irem se educando a partir do que sabiam fazer e do que gostavam de fazer antes de estarem na prisão”. Essa consciência do que se gosta de fazer, do que é capaz de fazer socialmente, contribui para um sujeito novo na educação profissional: um sujeito autocrítico, não obediente, que se movimenta. Enquanto a educação profissional lidar com a lógica de hierarquização, ela irá equipar e dotar sujeitos de sua capacidade de realizar e repetir ação. Quando pensarmos em uma lógica circular – e aqui deixamos fissuras para repensar por meio dela o currículo, a formação de professores, as práticas pedagógicas, a avaliação, a escola e outras categorias da formação humana – iremos priorizar uma ciranda de sujeitos outros que emergem desse processo; que cooperam e colaboram para a justiça social e que por isso começam com a justiça cognitiva.

Essa lógica circular não concebe a educação profissional desde a concepção de trabalho como algo mecânico, mas desde uma ontologia em que o trabalho configura um processo e não apenas uma atitude mental e abstrata sobre o que fazer com o mundo. O trabalho vem a ser uma experiência de consciência sobre as potências de si. Trata-se de um dever de nossa existência, onde mobilizamos meios para desenvolver nossa integralidade. O trabalho, nesse sentido, se aproxima da autonomia como meio de governo de si mesmo. Encontramos esse sentido expresso por Anderson Lima (entrevista em 10/08/2021): “o trabalho é questão de autonomia, o que sabemos sobre como fazemos

algo. Isso aperfeiçoa nossa ação no mundo”. Se o trabalho pode ser isso, então a educação profissional precisaria ter outros vieses que forjassem outras subjetividades para além daquelas que o capital quer. Falamos então, de uma educação profissional integral porquanto necessária ao pleno florescimento do humano e de sua existência social.

“O trabalho é consciência e existência” (ANDERSON LIMA, entrevista em 10/08/2021). Encontramos nessas palavras pistas para refletirmos sobre o trabalho de um modo em que a educação profissional seja pensada desde sua integralidade. O trabalho como consciência é mais que um resultado, mas complexidade do processo de agir sobre si e sobre o mundo, tendo em vista que o social é o campo no qual o trabalho ganha sentido cultural e político. Consequência disso é que a existência nunca será isolada, mas uma consciência cósmica, coletiva ou comunitária. Aqui que a educação profissional pode ser tensionada a partir de sua integralidade.

Ora, antes de pensar a integralidade da educação profissional precisamos voltar um pouco e entender que o tipo de homem que emerge da sociedade pautada no trabalho como um ato de mecânica e de ação, desprovido de sentido de (re)descoberta social, fez emergir uma escola onde a educação era promovida sob uma base ontológica de produtividade. Manacorda (1990) critica esse modelo formativo porque compreende a escola que está a serviço do capital, bem como a educação que está a serviço de uma elite econômica. A racionalidade dessa educação é aquela fundamente de uma subjetividade obediente, maquinificada e automática. Essa mesma subjetividade seria uma fuga do sistema de punição pensado por Foucault, mas promoveria um sistema alienante. Estaríamos em um sistema de consciências alienadas e interditadas no devir, das possibilidades e de sua complexidade. Isso foi sentido por Anderson Lima (em entrevista em 10/08/2021) quando afirmou: “O sistema social me fez perceber que não tinha aptidão e valor social. Parecia que minha música não valia de nada”. Ora, justamente esse esvaziamento de si e de suas potências configura esse sistema produtor de sujeitos obedientes.

Agora avançamos e pensamos a integralidade na educação profissional. Se o sujeito da educação profissional discutido aqui é esse tipo de homem mecânico, empreendedor e empresário, ampliando a racionalidade a partir de visões de mundo mais subalternizadas, temos uma racionalidade, subjetividades e um sujeito pautados na sua multidimensionalidade. Por essa entendemos as variadas dimensões que comporiam a

racionalidade, a saber: afetividade, sensibilidades, corporalidades. Pensando as subjetividades, estas estariam a serviço da coletividade, de uma realidade mais comunitária. Já o sujeito que emergiria dessa integralidade seria um sujeito concebido em múltiplos centros de sua dimensão física, psíquica, emocional, racional e espiritual.

Falar de multidimensionalidade é entender que a realidade não é universal e nem mesmo única. Mas sempre um movimento de perspectivar, de enviesar e de compreensão sempre plural. A lógica unitária da modernidade de uma história única, de um sujeito único, de uma realidade também única é um projeto de poder sobre a modelação e produção de sujeitos que são limitados a uma única forma de ser, agir e pensar. Quando a educação profissional entender sua integralidade teremos sujeitos outros emergindo nas escolas, teremos pessoas não mais capacitadas e profissionalizadas, mas pessoas atuantes sobre o mundo, que sejam solidariamente comunitárias em suas realidades e que entendem o trabalho como um algo a serviço de todos.

Essa experiência de integralidade na educação profissional foi vivenciada por Anderson Lima (entrevista em 10/08/2021) quando relata um momento de formação profissional nos cursos do Abre Caminho: “as pessoas que fizeram os cursos, na maioria, não tinham nenhuma expectativa quando saíssem do presídio. A maioria nunca tinha feito qualquer curso profissionalizante”. Essa descoberta de si e das possibilidades de mundo é fluxo da integralidade que coloca o sujeito em contato com suas diferentes dimensões e que se entende como um processo e nunca produto ou resultado. Temos o que Frigotto (1994) chama de base unitária, omnilateral e politécnica da formação, diferente de uma ontologia formativa obediente que forja os homens de negócios.

Na modernidade, o projeto de trabalho e, conseqüentemente de educação e formação profissional, estaria ligado ao trabalho industrial que requer qualificação, treinamento e competências. A isso teríamos um tipo de humanismo historicamente marcado pela especialização e pelo desprovimento político e artístico da formação (GRAMSCI, 1999). Temos assim, uma educação profissional eminentemente curta que contribui para a superficialidade da formação (FRIGOTTO, 2007), seja pela baixa e reduzida limitação técnica, seja pela ausência do aspecto científico. Emerge dessa formação a precarização da noção de trabalho e da própria formação como condição de humanização.

Isso é observado nas palavras de Anderson Lima (entrevista em 10/08/2021) quando descreve sua experiência de uma formação profissional em perspectiva integral: “Os cursos do Abre Caminho deram vida a nós; trouxeram fé em dias melhores porque nos sentimos vivos. Tivemos consciência de que as coisas não serão sempre as mesmas e que a gente era alguém”. O aspecto integral é um dispositivo de provimento político de si e do mundo que permite perceber possibilidades de agir. Temos então, uma formação profissional capaz de introduzir nas práticas educativas, formativas e pedagógicas a capacidade de criação e invenção de intelectualidades que são desprezadas pela lógica mercantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: GALINHA D'ANGOLA

Conta-nos que Oxalá criou uma galinha-d'angola para espantar a morte! Numa cidade a morte se instalou, todos ficaram espantados pois a cada instante tombava mais um morto. O povo desesperado e impotente buscou o Orixá, lhe pedindo ajuda sobre tal praga. Oxalá pediu oferendas: pediu que fosse ofertada uma galinha preta e pó de giz *efum*. E assim foi feito. Com o *efum* pintaram as pontas da galinha preta e em seguida soltaram. Quando a morte encontrou aquela galinha, estranho bicho, se assustou e foi embora deixando a cidade em paz. Desde então, nasceu a galinha-d'angola e as *iaôs* são pintadas como ela para lembram dentro do terreiro a compaixão e sabedoria de Oxalá (PRANDI, 2020).

Sendo assim, aqui entregamos nossa galinha pintada de giz: essa dissertação, bicho estranho. A morte tem atravessado nosso sistema prisional, um verdadeiro navio-tumbeiros onde corpos são levados à morte física, mas também existencial. Até quando negros serão presos e brancos inocentados? Basta olharmos as telas azuis em nossas mãos que é possível perceber que existe pela alva e pelo alvo.

De lá até aqui, desde o modelo hegemônico europeu e sua escravidão muito pouco mudou. Vivemos ainda num país racista, machista, misógino, LGBTfóbico, classista e intolerante. Ser uma pessoa negra neste país é resistir todo dia à morte. A nossa existência incomoda o imaginário de uma branquitude colonial acrítica (CARDOSO, 2010), que não aceita pessoas negras estudando, trabalhando dignamente, tendo seus direitos garantidos, sendo reconhecidas como gente, como intelectual, como profissional, como dotadas da capacidade de conhecer o mundo.

A prisão como um depósito é uma estrutura colonial pensada e criada para punir os corpos considerados desviantes, marginais e socialmente sujos. Nela encontramos pedagogias de docilização, de treinamento e de despersonalização do humano. Essas pedagogias não possibilitam nada além do medo, da revolta e da aprendizagem de novos modos de crime e de violência. São pedagogias de morte. Se é assim, então precisamos de tecnologias de vida, de restituição daquilo que nos fora roubado. Essa pesquisa é uma tecnologia de vida que se coloca como instrumento a favor dos corpos alvos do sistema racista. Por isso, desde nosso memorial fomos implicados, localizados; somos mapeando nossas zonas políticas, estéticas e políticas na tentativa de afastar de nós qualquer colonialidade que joga com nossas vidas e existências. Somos então, galinhas d'angola

que tentam afastar a morte que a todo instante nos apavora. Temos mais a aprender com as galinhas d'angola do que com o projeto humanista eurocêntrico.

Canibalizamos, como nos ensinou Viveiros de Castro (2015), ontologias, epistemologias e metodologias. Canibalizamos para re-existir de modos outros, com mais vida e mais força para encararmos a grande máquina da modernidade que quer nos devorar a qualquer custo e que nos transforma em uma grande massa de carne moída. Afinal, o que somos na modernidade senão essa matéria triturada pelos ideais e valores modernos?

As galinhas d'angola se alimentam de pragas. Elas limpam o lugar onde estão. Como elas, devemos devorar todo mal que nos é posto e criar realidades mais justas. Não mais aceitar a violência e as maldades da ordem racista, mas ser mais fortes do que elas e construir um mundo melhor. Assim como as galinhas d'angola que resistem a qualquer tipo de clima, devemos re-existir em qualquer território que ocupemos. Foi isso que intencionamos nessa pesquisa: re-existir sobre epistemicídios. Querem nos apagar da história, querem nos expulsar das academias, mas cá estamos nós. Um sujeito da Educação de Jovens e Adultos que foi condenado socialmente a ser um preto que deveria servir, que deveria ser mão-de-obra barata. Venci. Não sou a regra, sou a exceção. Reconheço meu potencial, mas não posso deixar de registrar que se aqui estou, tive restituição social por meio de políticas públicas, como a interiorização das instituições de ensino superior. Lugar de pobre e de negro no Brasil nunca foi a universidade, nunca foi a academia.

Mas estamos levantando outros corpos e corpos. Estamos honrando outras existências e experiências. Reconhecemos a limitação do nosso estudo. Especialmente as condições postas pela pandemia da COVID-19, que neste exato momento que escrevo já ceifou mais de 605 mil vidas de brasileiros e brasileiras. Não sou o mesmo. Não consegui ser potência neste momento. A morte impera no nosso país; a necropolítica tornou-se ação, tornou-se atitude de um governo truculento, servil aos interesses do mercado e contrário à vida. Esse é o país de onde escrevo essas considerações. Não permito que elas sejam considerações finais porque acredito que como energia, como força, como axé, ela irá chegar a quem for preciso e que a leitura dela poderá gerar novas afetações, novas lutas, novos compromissos e engajamentos.

Contudo, conseguimos aqui ensaiar a relação entre educação profissional e sistema prisional tendo como categoria central a raça. Na revisão da literatura optamos por construir um texto no gênero ensaio que fosse capaz de afetivamente ampliar nossos mapas epistêmicos. Pretendemos com o ensaio problematizar e tensionar os elementos necessários para discutir a educação profissional no sistema prisional. Após isso, chegamos ao nosso segundo objetivo específico que foi identificar as fissuras na educação profissional que possam servir como deslocamentos formativos de sujeitos que estão no sistema prisional. Para consecução desse objetivo construímos o capítulo dos resultados. Pela experiência do sujeito da pesquisa e pelas vivências que tivemos no sistema prisional antes da pandemia da COVID-19, identificamos certas possibilidades para adequar a educação profissional ao sujeito dessa educação no sistema prisional. Uma dessas possibilidades é uma educação profissional que compreenda as múltiplas dimensões do humano e não somente a dimensão cognitiva, que é reduzido aos atos de treinamento e repetição de ações.

Falamos então, de uma educação profissional integral, capaz de perceber as diversas dimensões que compõem o humano. Essa mesma educação profissional integral acaba por considerar os marcadores de opressão que atuam para subalternizar as pessoas e que as tornam em máquinas, em mão-de-obra barata. Esses marcadores são, especialmente raça, gênero e classe. Daí a necessidade de construirmos uma educação profissional integral capaz de entender nossas ontologias, metodologias e epistemologias, ou seja, capaz de compreender nossas realidades e nossas raízes.

Chegamos a construir um manifesto estético-epistemológico sobre educação profissional no sistema prisional, no formato de lambe-lambe. Assumimos o compromisso de nos aproximar do povo, nos aproximar das ruas, de popularizar a ciência, a academia. Estamos vivendo um Brasil de negacionismo e de pós-verdade. Muito se deve por a academia ter se fechado em seus discursos para os pares, em publicações em periódicos. A academia não popularizou a ciência, não possibilitou novas linguagens sobre o que ela tem desenvolvido. Assim, nas ruas de Arcoverde e de Recife, em uma ação de amigos, colamos nas ruas os lambe-lambes. Por fim, formulamos, por meio dos resultados desse estudo, uma minuta de lei estadual com itinerário formativo multidisciplinar para Educação Profissional no Sistema Prisional no Estado de Pernambuco, que foi entregue a uma deputada estadual.

Nosso estudo iniciou-se por meio do seguinte problema de pesquisa, que é uma afetação vivenciada pelo pesquisador: o que pode a educação profissional diante da perspectiva/direito ao acesso a políticas públicas de ressocialização das pessoas privadas de liberdade? Bem, sendo a educação um tipo de formação humana e que serve a certos fins, evidentemente que a educação possibilita o desenvolvimento de dimensões do humano. Na lógica moderna, o sujeito da educação é o sujeito cognitivo. Dele se espera abstração, representação e racionalização do mundo. As outras dimensões do ser humano ficam eclipsadas por essa racionalidade instrumental e técnica.

Contextualizando para a educação profissional, entendemos que a racionalidade moderna acaba por cooptar a subjetividade do sujeito, priorizando os aspectos de treino, memorização e o saber fazer. Assim, temos uma formatação do ser ao invés de uma formação. A experiência resultante desse processo é frágil, fraca e acabada em si mesma. Importamo-nos mais com os resultados do que com os processos. Distanciamo-nos dessa educação tecnicista. Falamos aqui de uma educação profissional integral porque considera a pluralidade dos sujeitos, suas múltiplas dimensões – física, afetiva, cognitiva, psicológica, espiritual e social – e seu compromisso com os processos de consciência e libertação, bem como os marcadores que oprimem o sujeito e sua história.

A educação profissional quando no sistema prisional permite problematizar a categoria de ressocialização. Essa funciona em uma arquitetura de expurgo, de higienização social e de medo/terror. Não se permite que o sujeito seja levado a reconhecer a si e as causas sociais que determinam seu modo de ser, agir e sentir. A grande questão que está em jogo nesse estudo é a ressocialização. Não adentramos esse universo porque primeiro pensamos em realizar uma crítica que aproximasse a educação profissional e o sistema prisional. Assim, a educação profissional no sistema prisional pode restituir direitos sociais, pode provocar processos de transformação social no sujeito encarcerado por que ele passa a se descobrir, mesmo diante das pedagogias de docilização nos presídios. Essa educação profissional, em uma perspectiva integral, no sistema prisional pode levantar corpos, existências e experiências que são despersonalizadas na modernidade. Ao levantar essas vidas, contribuímos para uma sociedade mais justa e solidária.

ANEXO 1: PRODUTO, MINUTA DE LEI ESTADUAL E MANIFESTO

DES EN CADEIA



MANIFESTO

SÃO NAS ESTRADAS DE EXU QUE ESCREVO, SÃO PELAS MÃOS DE PRETOS E PRETAS ENCARCERADOS, PELOS OPRIMIDOS E 'DEMITIDOS DA VIDA' QUE AQUI ME MANIFESTO. ESCREVO NA MÁXIMA QUE NINGUÉM SE LIBERTA SOZINHO: A LIBERDADE VEM EM COMUNHÃO.

O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO É UMA CRISE EM SI, ABANDONADO E ESQUECIDO POR TANTOS. HOJE, O CÁRCERE É COMO UM NAVIO DE TUMBEIROS DO PASSADO. HÁ CADA 10 VAGAS, TEMOS 16 PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO PAÍS. DO TOTAL DE PRESOS HOJE NO BRASIL, 41% SÃO PROVISÓRIOS E EM SUA GRANDE MAIORIA ESTÃO LÁ POR TRÁFICO, ROUBO E FURTO.

QUEM SÃO OS PRESOS NO BRASIL? EM SUA MAIORIA JOVENS DE 18 A 24 ANOS. QUANDO FALAMOS EM COR, TEMOS 61,67% DE NEGROS, PRETOS E PARDOS. O CÁRCERE TEM COR E ELE É NEGRO.

QUANDO SE TRATA DE EDUCAÇÃO, 75,08% POSSUEM APENAS ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO. O GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA É EXTREMAMENTE BAIXO. APENAS 11% DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA ESTUDA. O ESTADO JÁ FORNECE EDUCAÇÃO BÁSICA DENTRO DO CÁRCERE, MAS ME PERGUNTO: POR QUE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NÃO É OFERTADA? ENTENDENDO A POTÊNCIA DA PROFISSIONALIZAÇÃO QUE A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PODERÁ TRAZER.

VENHO AQUI ESCREVER E BUSCAR SER OUVIDO ENQUANTO PESQUISA[DOR] QUE SE DEBRUÇOU SOBRE ESSAS TEMÁTICAS DURANTE OS 2 ANOS DO MEU MESTRADO PELO IF-PE DO SERTÃO PERNAMBUCANO. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PRECISA ENTRAR NO CÁRCERE, VEJO NELA UM HORIZONTE DE ESPERANÇA PARA CORPOS E CORPAS ESQUECIDOS.

O QUE ESTAMOS ESPERANDO PARA QUE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ENTRE NO CÁRCERE? UMA LEI? A SEGUNDA FOLHA DESSE MANIFESTO VOCÊ VERÁ UMA MINUTA DE LEI ESCRITA POR MIM. MEU INTUITO É QUE ELA CHEGUE EM NOSSOS DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS PARA QUE ELES USEM COMO MODELO PARA EFETIVAÇÃO DESSA LEI DE LEGISLE SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PRISIONAL.

**DAYVISON HERBETY ARAÚJO AMARAL
ENFERMEIRO
PSICANALISTA
PESQUISA[DOR]
INSTAGRAM: @DAYVISONAMARAL**

Exu



FONTES:
- RELATÓRIO FINAL DE CPI SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, BRASÍLIA, JULHO DE 2019.
- PNAD, 2020.
- INFOPEN, 2019.

MINUTA DE LEI ESTADUAL

ART. 1º É INSTITUÍDO O ACESSO AO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO, A SER EXECUTADO PELA ETE - ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL, SETEQ - SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO E IF - INSTITUTOS FEDERAIS COM A FINALIDADE DE AMPLIAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

PARÁGRAFO ÚNICO. SÃO OBJETIVOS DESTES ACESSO:

- I - EXPANDIR, INTERIORIZAR E DEMOCRATIZAR A OFERTA DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO A DISTÂNCIA E DE CURSOS E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL;**
- II - FOMENTAR E APOIAR A EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL;**
- III - CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO, POR MEIO DA ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL;**
- IV - AMPLIAR AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, POR MEIO DO INCREMENTO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL;**
- V - ESTIMULAR A DIFUSÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA APOIAR A OFERTA DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.**
- VI - ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E AS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA EM CONJUNTO COM A SERES - SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO.**

ART. 2º O ACESSO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL ATENDERÁ PRIORITARIAMENTE:

- I - ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA, INCLUSIVE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS;**
- II - BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS FEDERAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA;**
- III - ESTUDANTE QUE TENHA CURSADO O ENSINO MÉDIO COMPLETO EM ESCOLA DA REDE PÚBLICA OU EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS.**

ART. 3º CABERÁ AS ETE - ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL, SETEQ - SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO E IF - INSTITUTOS FEDERAIS EM CONJUNTO COM A SERES - SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO A CONSTRUÇÃO DE SALAS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, BEM COMO COMPUTADORES E ACESSO À INTERNET.

ART. 4º OS CURSOS OFERECIDOS AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DEVERÃO TER UMA DISCIPLINA EXTRA DE 20H SOBRE HISTÓRIA DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, RESSOCIALIZAÇÃO E SOBRE O ENSINO PARA A LIBERDADE FICANDO A CARGA DA ETE - ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL, SETEQ - SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO E IF - INSTITUTOS FEDERAIS A CONSTRUÇÃO DESTA DISCIPLINA.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKIH, Abraham K; DREYER, Yolanda. Penal reform in Africa: The case of prison chaplaincy. **HTS Teologiese Studies/Theological Studies**, v. 73, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARGOLO, Maria Marta Pinto. **Construções e deslocamentos nas relações de gênero das mulheres/mães negra vitimadas pela violência policial contra jovens e adolescentes**. Dissertação. 179 f. 2018. Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2018.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67 - 74. 2002.

BARROS, Lúcio Alves; MARÇAL, Caio César Sousa. Educação encarcerada: um estudo sobre mulheres reclusas e estudantes na capital de Minas Gerais. **Revista Educação e Emancipação**, v. 11, n. 1, 2018.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2017.

BAUMAN, Zygmunt; DESSAL, Gustavo. **O retorno do pêndulo: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2017.

BELCHIOR, Antônio Carlos. **Sujeito de sorte**. Disco Sonoro, Lado A1. Álbum: Alucinação (27 minutos e 25 segundos). Polygram, 1976.

BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. In: TADEU, Tomaz (Org.). 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rordrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem – Estudos e Pesquisa**, v. 15, n.1. UFG/Campus Catalão, 2011.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 13, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Censo do Poder Judiciário. Brasília, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2017.

BRASIL. Levantamento nacional de informações penitenciárias – INFOPEN Atualização, junho de 2016. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, Brasília, 2017. Disponível em: Acesso em: 28.02.2020.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Junho de 2014. Ministério da Justiça. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> Acesso em: 17.02.2020.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Dezembro de 2019. Ministério da Justiça. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTlkZGJjODQtNmJlMi00OTJhLWFlMDktNzRlNmFkNTM0MWI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> Acesso em: 02.05.2020.

BRASIL. Reincidência Criminal no Brasil - Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf Acesso em: 03.05.2020.

BUARQUE, Chico. **Não existe pecado ao Sul do Equador.** Disco Sonoro, Lado B1. Álbum: Calabar – O Elogio da Traição (30 minutos). Universal Music Ltda, 1973.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latino Americana de Ciencias Sociales**, v. 8, n. 1, 2010.

CARDOSO, Wanderley Dias. Aldeia indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local. 76 f. 2044. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Educação profissional no Brasil:** síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Ed. Senac, 2017.

DANTAS, Doneves Fernandes. **Leitura crítica:** um caminho para ressocialização. Dissertação. 230 f. 2018. Mestrado Profissional em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka:** por uma literatura menor. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs.** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 1995.

DIJK, Teun Adrianus van. El análisis crítico del discurso. **Anthropos**, Barcelona, v. 186, p. 23-36, 1999.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro (A Origem do "Mito da Modernidade")**: Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Ciasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia na América Latina**: filosofia da libertação. São Paulo: Loyola, 1977.

ELA, Jean-Marc. **Investigação científica e a crise da racionalidade**. 2ª ed. Luanda: Edições Pedagogo, 2015.

ESPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: Maria Nazareth Soares Fonseca; Terezinha Taborda Moreira (Orgs.). **Literatura Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FALLET, João. Os dados que contradizem afirmação de Bolsonaro de que não há fome no Brasil. **BBC News Brasil**. São Paulo, 2019. Acesso em: 29/07/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49039151#:~:text=De%20fato%2C%20dados%20do%20IBGE,pessoas%20no%20ano%20da%20pesquisa>.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968.

FERREIRA, Marcilene Aparecida. Pacha Mama: os direitos da natureza e o novo constitucionalismo na América Latina. **Revista de Direito Brasileira**, ano 3, v. 3, 2013.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública – RAP**, RJ, 2010.

FOCAULT, Michel. **História da Sexualidade (Vol.1)** – A vontade de saber. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Vol. III – estética: literatura e pintura, música e cinema. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10ª ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**: Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GOODOY, Jack. **O roubo da história**: como europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente. Tradução de Luiz Sérgio Duarte da Silva. São Paulo: contexto, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**: americanismo e fordismo. Vol. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª ed. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas – Informações Demográficas e Socioeconômicas, n. 41, 2019.

IMMICH, Dione Micheli; PEREIRA, Adriane Damian. **O Sistema Prisional Brasileiro e a Criação da Lei da Execução Penal**. 2015 Acesso em: 21/07/2020. Disponível em: <https://michellipimmich.jusbrasil.com.br/artigos/326166078/o-sistema-prisional-brasileiro-e-a-criacao-da-lei-da-execucao-penal>

JACOMINI, Márcia Aparecida. Apropriação e usos do pensamento de Antonio Gramsci sobre Educação em trabalhos acadêmicos. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 31, p. 1-26, 2020.

JENSEN, Jeppe Sinding; CRUZ, Eduardo Rodrigues. Epismology. **Rever**, ano 13. n. 2, 2013.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Éfren Paulo Porfírio de Sá; PIRES, Gabriela Cronemberger Rufino Freitas. **Consentimento informado na esterilização voluntária feminina: uma análise do art. 10, §5º, da lei nº 9263/96 (lei do planejamento familiar) à luz da autonomia da mulher**. Arquivo Jurídico, Teresina, v. 5. n. 1, 2019. Acesso em: 11.05.2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/raj/article/view/10133/5851>

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACHADO, Marília Gabriella Borges. Gramsci e a educação do educador: a saída é Gramsciana. Não é Gramscista. **Cadernos do GPOSSHE**, Fortaleza, v. 3, n. 2, 2020.

MAFEJE, Archie. Africanity: a combative ontology. **Codesia Culletin**, v. 3, n. 4, p. 106-110, 2008.

MANACORDA, Mário A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MANACORDA, Mário. **O princípio educativo em Gramsci**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARX, KARL. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. BOITEMPO EDITORIAL, ed 2, 2010.

MAUSS, Marcel. Uma Categoria do Espírito Humano: A Noção de Pessoa, A de “Eu”. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003. p. 367–398.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes e Ensaios**. Revista do PPGAV, UFRJ. n 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 17.02.2020.

MENESES, Maria Paula. Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 80, 2008.

MENESES, Ramiro Délio Borges. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. **Universitas Philosophica** 60, Bogotá, p. 177-204, 2013.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/liberdade/>. Acesso em: 25.03.2020.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MISCIASCI, Elizabeth. **A Primeira Prisão e Como surgiram os Presídios**. 1999. Acesso em: 20/07/2020. Disponível em: http://www.eunanet.net/beth/news/topicos/nasce_os_presidios.htm.

MONTENEGRO, Manuel. CNJ divulga dados sobre população carcerária brasileira. Conselho Nacional de Justiça. **Agência CNJ de Notícias**, 2014. Acesso em 30/05/2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira/>

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NITAHARA, Akemi. Segundo o IBGE, as matrículas de pretos e pardos somam 50,3%. **Empresa Brasil de Comunicação**. Agência Brasil, 2019. Acesso em: 29/05/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/3122-11555-1-PB.pdf> Acesso em: 17.02.2020.

OLIVEIRA, Laura Machado. A não configuração do liame empregatício do trabalho prisional extramuros em prol da iniciativa privada diante do tribunal superior do trabalho: a obrigatoriedade do trabalho prisional e a ressocialização através da laborterapia. **Revista de Direito**. Universidade Federal de Viçosa. v. 05. n. 01, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/1660> Acesso em: 05.05.2020

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Universidade Federal de Goiás, Catalão – GO, 2011. Disponível em:

https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 17.02.2020.

PAIVA, Marília Luana Pinheiro. Um olhar sobre “Epistemologias do Sul” de Boaventura de Sousa Santos. **Revista Brasileira Multidisciplinar**. v. 18, 2015.

PARDO ABRIL, Neyla Graciela, et al. **Cómo hacer análisis crítico del discurso**: Una perspectiva latinoamericana. 2ª ed. Bogota: Universidad Nacional de Colombia Instituto de Estudios en Comunicación y Cultura (IECO), 2013.

PETIT, Sandra Haydée. et al. Introduzindo a sociopoética. In: SANTOS, I. et al. (Orgs.). **Prática da pesquisa nas ciências humanas e sociais**: abordagem sociopoética. São Paulo. Atheneu, v3. Série Atualização em Enfermagem, 2005.

PIERRE, Elizabeth Adams St. Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à “pós-investigação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 1044-1064, set./dez. 2018.

PINAR, WILLIAM. **Estudos curriculares – ensaios selecionados**. Ed. 1. Editora Cortez. São Paulo, 2016.

PINTO, Vera Lucia Xavier. Labor, trabalho e ação: elementos pertinentes aos conceitos arendtianos em relatos autobiográficos de trabalhadores do setor de transportes. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 23, 2014.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. Companhia das Letras, ed. 1, 2020.

PRECIADO, Paul. **Feminismo não é um humanismo**. 2018. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/preciado-feminismo-nacc83o-ecc81-humanismo.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2021.

PROFANA, Ventura. **Homenzinho Torto**. Álbum: Traquejos Pentecostais para Matar o Senhor; Disco Sonoro, EP. (23 minutos e 28 segundos) Dist. Tratore, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Ed. 2. Editora UFRGS, 2016.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu? **Educao & Realidade**, v. 26, n. 1, p. 33-57, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**. Coleção Os Pensadores, vol. II. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

SÁ, Ericka. Superlotação e precariedade abrem espaço para crime organizado nas prisões. **DW BRASIL**, Made for Minds, 2018. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/superlota%C3%A7%C3%A3o-e-precariedade-abrem-espa%C3%A7o-para-crime-organizado-nas-pris%C3%B5es/a-17359119> Acesso em: 17.02.2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 16ª ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUGARTEN, Máira. As epistemologias do Sul no mundo fora do mapa. Dossiê. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18. n. 38, 2016.

SANTOS, Josiéli Brum dos Santos; FARIAS, Athena de Albuquerque; MARINHO, Gisane de Oliveira; RODRIGUES, Larice de Sousa. Breve apontamentos acerca da criminologia crítica e o sistema penal seletivo vigente. **Id onLine Revista Multidisciplinar e Psicologia**, v. 12, n. 40, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada** – Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1943.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Autores associados, 2018.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A carta-relatório de Pero Vaz de Caminha**. IDE, São Paulo, v. 33, n. 50, p. 26-35, 2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais** – elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Org.). **A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.